

## O HOMEM CONTEMPORÂNEO e o labirinto burocrático

**A opinião pública  
interroga**

**1** O pensador, o escritor e o artista podem esperar da burocracia condições favoráveis a uma obra de criação efectivamente útil para a sociedade a que pertencem?

**2** Procedem os altos funcionários da burocracia, perante os pensadores, os escritores e os artistas, de modo a manifestarem o devido respeito pela sua actividade criadora? Está garantido esse respeito nas escolhas por concurso, nas concessões de prémios e nas atribuições de galardões ou recompensas?

**3** A burocracia não pode funcionar sem intelectuais que pelas suas habilitações costumam ter cargos de chefia. Serão os chefes dos serviços públicos verdadeiramente intelectuais, quer dizer, homens que pensam antes de resolver os problemas, homens que pensam antes de agir?

**4** Numerosos intelectuais trabalham não obstante em funções subalternas na burocracia. Serão as suas habilitações e os seus méritos pessoais devidamente aproveitados e valorizados pelos seus superiores burocráticos?

**5** Será o professor um burocrata? Quer dizer, poderá exercer função docente um intelectual que vê a sua liberdade cerceada constantemente por instruções, circulares, regulamentos, portarias, decretos e despachos?

**6** Assistimos a um progressivo aumento do número de mulheres empregadas na burocracia. Será este fenómeno social indiferente para a vida do país? Corresponderá à natural vocação da mulher?

**57 responde**

**1** Não. Porque a burocracia, subordinada como é, a regulamentos, prazos, praxes, comprovações, condições e habilitações, tende por isso mesmo a incompreender e conseqüentemente a anular tudo quanto, sendo espontâneo e original, escapa ao critério jurídico-administrativo e uniforme das repartições públicas.

**2** Não. Obrigar os intelectuais a obedecer aos requisitos exigidos em regulamentos e leis, é tolher a plenitude da sua expressão e ao mesmo tempo, é coartar a liberdade de escolha dos próprios júris.

**3** Não. Porque em burocracia, um chefe está subordinado a outro chefe e deste modo só pode ser um intérprete sem iniciativa própria ou seja, sem actividade mental própria.

**4** Não. O pensador, o escritor e o artista são olhados com desconfiança quando se distinguem pelas suas qualidades e pela notoriedade pública, do que resulta que, em vez de uma exaltação, sofrem sucessivas humilhações. Acresce a injustiça, garantida por textos jurídicos, de lhes ser vedado escrever sobre assuntos relativos às funções que exercem. Assim, o professor não pode contribuir para a cultura geral, manifestando as suas opiniões sobre o ensino.

**5** Não. Pois tal sistema aniquila a iniciativa individual do professor e, pela introdução de uma barreira de papéis, impossibilita o convívio efectivo e amigável entre o corpo docente e o corpo discente. Por outro lado, transferindo a sua responsabilidade, o educador perde a autoridade moral perante os educandos.

**6** Não. Deslocando a mulher do âmbito familiar ou das profissões para as quais é naturalmente dotada, perde-se o máximo valor educativo e formativo da família e gera-se no sexo feminino uma frustração que tem as mais graves consequências.

**7** Será aquele movimento, antigamente chamado de emancipação, vantajoso para o próprio homem?

**8** Constroem-se os edifícios; abrem-se concursos; preenchem-se as repartições; e esta escala infinita ou indefinida de intermediários entre o Estado e o Povo, a que se dá o nome de burocracia, será efectivamente um serviço público?

**9** Devem as repartições públicas ter horários impeditivos da sua utilização pelos empregados de todas as outras actividades?

**10** Os burocratas estão classificados por categorias. Correspondem as categorias apenas a diferenças de vencimentos e implicam uniformidade de atributos qualitativos que por sua vez exigem uniformes critérios no horário, nas licenças, nas promoções e na reforma?

**11** A multiplicação de secretarias, secções de expediente, secções de contabilidade, tesourarias que se está verificando no nosso país com muito considerável consumo de papel representará efectivamente um progresso das instituições públicas?

**12** Estarão as sociedades contemporâneas condenadas à imobilização pela burocracia? Quais os motivos ocultos deste «statu quo», que só a filosofia existencial parece habilitada a descobrir?

**7** Não. A permanência das mulheres na burocracia estabelece um termo de comparação, perante o qual o homem é mais facilmente humilhado pelos seus superiores burocráticos.

**8** Não. O público sabe que, em vez de ser beneficiado com a prontidão que pode encontrar no comércio ou na indústria, encontra nas secretarias motivos incessantes de atraso ou de encarecimento na resolução dos seus problemas urgentes. Estabelecendo-se para uma entidade abstracta, a ninguém serve em concreto.

**9** Não. As repartições públicas devem estar abertas o número de horas suficiente para atenderem todos os que as solicitem. Para isso, há que estabelecer os respectivos turnos de trabalho.

**10** Não. Nem todos os homens aspiram a ganhar mais dinheiro. Muitos desejam ganhar mais tempo, para com ele realizarem o destino superior que individualmente lhes deve ser atribuído como direito sagrado da existência.

**11** Não. Se económica e financeiramente é um erro a aplicação do trabalho humano a fins intermediários ou inúteis, que reciprocamente se justificam num círculo vicioso, politicamente, por representar a desorientação intelectual, o erro ainda se agrava mais na indistinção entre os fins e os meios.

**12** Não. O desenvolvimento das ciências humanas, sobrepondo-se ao esquematismo desanimado ou desalmado das estruturas abstractas jurídico-administrativas, permitirá a libertação do movimento desejado. Sim, a filosofia existencial conseguiu nas suas obras mais significativas descobrir os motivos profundos: a aniquilação do individual pelo colectivo é uma alienação do ser humano, realizado em proveito de subtis agentes de desumanização.

do que os objectos, os entes que escapam à simples relação sujeito-objecto, não se explicam pela alma — ou então os animais seriam homens. Nós somos portadores de um espírito — no entanto mediato, porque veiculado num corpo e numa alma que poucas vezes sabem ser os seus intérpretes fiéis, os seus executores esclarecidos. Mais ainda do que o corpo, mais ainda do que a psique, o nosso espírito tem na sua própria essência uma ânsia não mensurável de movimento. Criado, mas participante de um mundo onde quereria reintegrar-se, o espírito pretende verbalizar, isto é, movimentar, esta existência em que se pensou. Encontra-se com uma existência feita. Compreende imediatamente que essa existência é uma existência decaída, uma existência imperfeita, uma existência onde o erro é rei. Formula então o seu projecto vital: o móbil será um regresso ao paraíso, na terminologia cristã, uma reabsorção da imanência na transcendência, na terminologia filosófica ou uma dialéctica do relativo para o absoluto, na terminologia científica.

Nos termos próprios à sua alma ou à sua sabedoria, cada homem realiza na verdade algo que, de modo menos patente ou mais degradado, pode ser simbolizado por aqueles arquetipos: não existe apenas para comer, trabalhar, ter filhos, existe para algo que por vezes mal sabe, mas que inspira a sua mais lúdica, altruista e generosa actividade. Quem pretende cultivar-se, ajudar os outros ou criar qualquer forma de beleza, na casa ou fora dela, dá satisfação ao seu espírito e por isso é bem

# O MOVIMENTO

## 1 — O movimento do indivíduo

### 1 — Corpo

Agente físico, o corpo não se distingue estruturalmente da natureza que o circunda. O seu princípio energético é, segundo parece, similar em seu atomismo radiante, ao princípio da matéria. Não sendo esta fixa, imóvel, estática conforme em tempos se julgou, circula entre os corpos um fluxo de movimento ininterrupto, activado por fontes de energia que, diferenciadas pela qualidade íntima de cada microcosmos, suscitam constantemente atracção e repulsão, simpatia e antipatia, amor e desgosto. Este fluxo cósmico é tão determinativo que chega, na visão moderna, a roubar todo o sentido à distinção entre o corpo humano e o mundo exterior. Whitehead insistiu repetidas vezes em que «o corpo faz parte do mundo exterior e forma com ele uma continuidade», em que «não sabemos definir onde começa o corpo e termina a natureza exterior». Basta, para compreender melhor a ideia, considerar uma molécula que circula há milhões de anos, porventura vinda de qualquer galáxia longínqua, que venha a fazer parte de qualquer vegetal comestível ou que entre nos pulmões como partícula de ar. Whitehead interroga: «Em que momento exacto passa a fazer parte do corpo? Quando entra pela boca? Quando é absorvida pela pele? E em que momento, mais tarde, deixa de fazer parte do corpo?» Impossível, pois, separar radicalmente, em termos de matéria, o corpo humano da grande e vasta física do mundo. O que fundamenta, pois, a estrutura monádica, articulada, unitária, de cada corpo

humano? Vê-lo-emos adiante. Por ora queremos apenas sublinhar que, de natureza energética e inter-cósmica, o corpo, o nosso corpo tem sede de movimento. Os corpos atraem-se entre si, desde o nível mais alto entre os grandes reinos corporais do masculino e do feminino, até ao nível de uma cópula com a natureza, que parte daquela indistinção teorizada por Whitehead ou da libertação de uma vida própria e expansiva que tem a sua expressão no exercício dos membros e dos músculos.

O corpo tem sede de movimento e por isso os homens se entregam ao amor, à caça e ao desporto. Poucos homens estancam, porém, esta natural sede do seu corpo.

### 2 — Alma

Indistinto que seja da natureza quanto à sua constituição física, o corpo tem porém uma forma. A forma do corpo admite em particular duas grandes variantes, expressas pelo sexo; num segundo nível, os caracteres próprios de cada indivíduo vão-se formando diferentemente, desde o próprio instante da concepção.

O princípio do corpo é pois a sua forma e a sua forma, exprimindo a agregação através do tempo e do espaço, das suas moléculas constituintes, parece obedecer a um princípio que se introduziu em certo sector da natureza, praticando uma síntese por assim dizer mágica e demiúrgica. Deu-se tradicionalmente o nome de *Alma*, de *Anima*, a tal princípio condutor ou motor — e do termo deriva a designação do *Animal*. Não é com efeito no domínio da alma que o homem se separa do animal, visto que o animal tem evidentemente a sua alma. Quem não goste

da palavra usará qualquer dos termos, afinal equivalentes, da moderna ciência psicológica e psicanalítica. Pode haver uma psicologia do animal, como há uma psicologia do homem. Isto é, o animal, como o homem, tem as suas formas de vontade, sentimento ou inteligência.

Pois bem: é também no movimento que a alma se revela com maior paixão. O movimento da alma é porém de sentido único no animal e de sentido duplo no homem. Este não é com efeito um corpo — ou seria igual à pedra; não é tão pouco uma alma corporizada — ou seria igual a um verme ou um macaco. O homem, na verdade, não é um animal: é um espiritual. É originariamente espírito — espírito ou razão que se enquadra ou manifesta numa alma, como esta se enquadrara ou manifestara num corpo.

O movimento da alma no animal consiste em adequar as funções às necessidades vitais, em promover o movimento da absorção e de repulsão da natureza com o corpo. O movimento da alma no homem tem por um lado este mesmo carácter, mas por outro lado é o vibrátil transmissor da dinâmica do espírito, procurando comunicar ao seu invólucro corporal e à sua estrutura anímica, o sentido da realização de um destino superior e transcendente ao vegetal da flora ou da fauna. Assim pensando, somos por necessidade levados a reconhecer que a alma raro realiza a sua legítima função e o seu legítimo movimento, pois a comunicação com o corpo, se isolada, traz consigo a insatisfação de não provir da sua prévia comunicação com o espírito. Não criando aquilo que confusamente sonha, a alma torna-se um cofre onde proliferam

sentimentos de angústia, de dor e de revolta.

Frustrados são quase sempre, na conjuntura hodierna, os homens, mesmo os poderosos, mesmo os apaixonados, mesmo os vitoriosos, mesmo os saudáveis. No movimento para o baixo, a sua alma expandiu-se e conquistou o espaço próprio; no movimento para o alto, pelo contrário, anquilosou e suscitou um vácuo preenchido por estruturas fixas e artificiais, ideias sólidas e circunscritas como blocos, que dão apenas a ilusão de um substancial diálogo com o espírito. Esquecido, abandonado, desprezado pela sua alma, o espírito anquilosado também e refugia-se numa zona inconsciente, passando a ser uma fonte de desequilíbrio que a psicanálise estuda e pode atingir em muitos casos a loucura.

### 3 — Espírito

Pode chamar-se-lhe espírito. Pode também chamar-se-lhe razão. É algo de intangível, que, vindo habitar uma determinada categoria de seres, os eleva imediatamente acima da criação. O espírito não é puro e por isso a razão pura se mostrou, desde o seu primeiro intérprete, uma apetência fracassada em seu desejo de imediatez. O espírito não é puro: o espírito é almadado ou animado. Esta intuição ocupa o lugar central da antropologia de Álvaro Ribeiro e é confirmada por toda a psicanálise posterior a Jung. Esse sonho do infinito, essa procura do absoluto, esse poder da abstracção, essa actividade misteriosa de uma imaginação que ultrapassa inteiramente as imagens recebidas da visão física, essa capacidade de inventar palavras para designar os objectos e, mais

Por  
ANTÓNIO QUADROS

maior o seu entusiasmo nesses actos gratuitos do que naqueles que, sendo remunerados, constituem o que se chama o trabalho.

Ser sábio, ser político, ser religioso ou ser artista, são com efeito maneiras de dar satisfação ao motor espiritual, ao movimento do espírito — e não há homem que, de uma ou outra forma, com mais ou menos intensidade, o não seja.

É-o porém incompletamente, insatisfatoriamente, inacabadamente. É-o numa pequena parte. É-o em condições interiores e sociais que são as piores para propiciar a realização dessa fidelidade ao espírito. Este tem o impulso — mas apenas uma caricatura de satisfação do mesmo impulso. Do seu movimento de expansão, o espírito apenas conhece um arremedo. Longe de obter o infinito, o absoluto, a transcendência, a libertação, a redenção, o espírito não obtém mais do que a captividade em existências monótonas, quotidianas e limitadas, o enclausuramento em almas mediocres, amarguradas ou ébrias de insignificâncias.

Porquê?

## II — O movimento da educação

### 1 — Família

Na humanidade o indivíduo, por mônada central que seja, por microcosmos irreductível que se constitua, não vive isolado, mas associado. Em relação constante com o *outro*, pode dizer-se mesmo que o *eu* é, em vastas zonas, o *ou-*





# RELIGIÃO E PÁTRIA

Por  
FRANCISCO SOTTOMAYOR

ulgo. As palavras desgastam-se pelo abuso a que as sujeita quem não sabe falar e hoje é rara, demasiado rara, a pessoa que entende o profundo sentido radical oculto na palavra missão. Assim, serve esta não só para designar ou sinalar determinado acto voluntário como para indicar um edifício construído no interior do sertão; quase nunca para ensinar o homem, elevando-o à compreensão do que mais nobre se espera dele. Deste modo, é consequente que o conceito de «dilatara», referido à categoria de tempo e relativo ao domínio da carne, degenerasse e fosse substituído pelo de «conquista» que diz respeito à categoria de espaço, em que se figura o corpo e segundo a qual as acções humanas se exprimem pelos verbos construir e destruir, sinalando o predomínio do senso da visão e do trabalho manual ou tecnicista.

Perpétua haverá quem, por deficiência de fé ou por impotência de razão, não creia ou não possa investigar as influências daquelas forças originadas no cerne do ser e que, talvez por agir passivamente sob elas, procura desmentir a profunda realidade de um mundo que desconhece ou no qual não acredita. Para esses permanecerá secreto o motor da história de Portugal visto como, não é sem razão que ela aparece animada pela virtude teológica da fé. O cognome de «fidelíssimos», dado pelo papa ao representante do espírito da pátria, no momento em que os portugueses assumem maior consciência do seu superior destino, indica o modo caracteristicamente nacional de apreender as três virtudes teológicas em que se exprime o supremo verbo. Apesar disto, e não é opinião do autor deste artigo mas facto verificável e até afirmado por sacerdotes portugueses, como o leitor se pode informar em qualquer das revistas eclesásticas, a doutrina católica não tem encontrado entre nós, pensadores que a pensem portuguêsamente. Só assim é possível explicar que a apologetica do catolicismo, em Portugal seja feita mediante, quer os livros traduzidos em mau português quer os argumentos rebuscados em autores estrangeiros de preferência franceses.

Não deixa de ser curioso e significativo que ao rei de França lhe coubesse o epíteto de cristianíssimo. Efectivamente, o país mediterrâneo donde deveria brotar o positivismo, sinala-se pela interpretação da doutrina católica sob o signo da Caridade. A própria revolução francesa, aparentemente tão contrária aos dogmas da Igreja, afirma-se em proposições que demonstram a profunda radiação do catolicismo francês no que, mais tarde, deveria degenerar em sociedades cujos fins filantrópicos nada tem que ver com o amor do próximo.

Do positivismo provém a corporização daquela tendência, que havia já, de substituir o que se imprime nas palavras pela filantropia que se exprime em dinheiro e cuja resultante em política, se traduz na sobrevalorização da economia como ciência resolvente dos problemas humanos. Tal substituição paralela, ou melhor deriva de se interpretar o mistério da encarnação em termos que o de-

geram na problemática da encorporização. Deste modo, quem não sabe, não pode ou não quer distinguir a carne do corpo, dificilmente presentirá as relações da carne com o cerne, jamais compreenderá o que significa «amor do próximo» ou sinceridade, interpretará historicamente a soberana doutrina da Igreja. Esta interpretação, aliás abusiva, como o pode ver quem medite o mistério do Natal, promove os erros que se patenteiam na contradição hoje posta entre o que é de ordem terrestre e o que pertence ao domínio espiritual. Efectivamente desde que Cristo desceu à terra e o homem tomou consciência da sua única vida terrestre, nada o pode obrigar a renegar a língua que aprendeu a falar e lhe permite entrever e ouvir as verdades superiores que procura, isto é, ninguém consegue impedir-lhe o nobre sentimento que o impele a afirmar as vias pelas quais considera possível a realização do destino superior do país em que nasceu. Além do mais, a profissão de fé numa doutrina tradicional, isto é, transhistórica não impede, de modo algum, o homem de viver a sua vida terrena, ou seja, submetida às condições implícitas nas categorias de espaço e de tempo; antes pelo contrário, justifica-lhe, apontando móveis ou motivos superiores, as actividades que, longe de mesquinhas ou desprezíveis, o prendem e o animam no decurso da sua vida neste vale de lágrimas, iniciando-o assim no que, para além da morte lhe revelará a razão da sua alma. Se o órgão da alma que é o corpo, reage a quando de expressões, explicadas pelo vulgo como do acaso derivadas, ele determina, porém, mediante o seu condicionalismo a um tempo libertativo e prisional, o modo como o ser humano aprende e compreende aquilo que o supera, na sua passividade de dor e de sofrimento.

Para evidenciar a conclusão deste artigo, declarando já quanto nos preocupa a intervenção do Estado no próximo concílio ecuménico. Dizemos do Estado, segundo as razões históricas que, previamente, delimitamos. Efectivamente, vão entrar em jogo definições dentro das quais pode ser subsumida ou minorada a vocação religiosa de Portugal.

Se, como alguns escritores afirmam, existe uma interpretação portuguesa do catolicismo, ou um modo português de receber e assimilar a teologia dogmática, importa que dessa verdade exista um porta-voz entre o clero destinado a representar o nosso povo no concílio ecuménico. Contudo, em documentos publicados pelas revistas eclesásticas, se verifica ter sido até agora deficiente a preparação dos nossos seminaristas e faltar-nos, acima de tudo a Universidade Católica. É de recear, por exemplo, que os portugueses fiquem em situação de inferioridade relativamente aos brasileiros, para já não falar dos espanhóis. Portugal não pode desistir, por enquanto, da missão apostólica que ainda lhe está reservada nos territórios metropolitanos e ultramarinos. Ora uma decisão do concílio pode inclinar a balança favorável ou desfavoravelmente ao nosso conceito de «dilatara da Fé». Esperamos, no entanto, que os nossos representantes eclesásticos, uma vez conscientes da sua específica missão no mundo católico, assegurem com as suas contribuições, o superior destino religioso da pátria a que pertencem.

«Trata-se de duas posições meridianas (e nós honramo-nos de ter tão admiráveis opositores), duas hipóteses de trabalho a que só a investigação experimental do condicionalismo cultural português poderá dar resposta; e assim saberemos a qual dos princípios — se o do institucionalismo se o do liberalismo e nuclearismo educacional — havemos de dar prioridade. Prioridade, dizemos, porque estamos convencidos que uma Universidade Livre e uma Universidade Institucionalizada não se excluem, completam-se.»

(A Planície, 1-10-56)

## "CONVÍVIO" E "57"

Por  
AFONSO CAUTEA

### A província: dimensão complementar.

Se o pensamento é função do tempo e do lugar, temos de considerar, além das dimensões portuguesa e atlântica, a dimensão de onde falamos: a alentejana. E da dimensão alentejana que dialogamos com o «57», lugar geométrico de todas as dimensões da pátria lusitana. Aqui, pouco ou nenhum é o contributo das artes, letras e filosofia. O nosso concreto é um concreto sem terra nem tempo. Aqui, as secas e crises de trabalho, antes da antropologia exigem acção. O especulativo terá talvez de completar o agente: mas sucede-lhe, não o antecede. Julgamos necessária esta voz sem filosofia, porque o movimento «57», orientado centrifugamente, tende, como todas as rotações centrífugas, para a expansão, dando como certa a consolidação. A expansão falha, todavia, se lhe faltar este termo de apoio. O pensamento do concreto, de contrário, não seria mais do que um pensamento no abstracto.

### A pátria

Não falamos aqui da pátria monumental, artística e paisagística; a dos roteiros turísticos; a das exposições folclóricas. Falamos da pátria anónima e esquecida; a das caras lambuzadas das crianças; a dos quintais que dizem para estrangeiros; a das mulheres embocadas em sales negros de tanta vividez; a dos adolescentes que esperam, a medo, a passagem da camioneta ranceira; a das extensões quilométricas; a das hortas arruinadas e florescentes; a dos carros de mulas. Enfim, a pátria dos dias de semana, que os jovens deviam visitar, em vez de tirarem bilhete para Paris.

### A palavra alentejana

Só quem pensa por conceitos é filósofo. Aqui, é-se adolescente. Recolhamo-nos à dimensão que nos serve: a província. O pensamento dos adolescentes é, por excelência, o pensamento do concreto, porque é o pensamento por imagens, embora se pense tal da infância e puerícia e Comenius tenha fundado a didáctica da imagem para a escola primária. A didáctica de Comenius, contudo, completa-se na didáctica moderna dos globalistas que descobriram na criança, não um pensamento abstracto, mas um pensamento concreto, mas um sincretismo, que não é nenhum deles nem intermediário deles, não só anterior, irreversível e autónomo como de estrutura e qualidade diversas, uma espécie de comunhão intuitiva com o Absoluto. Recuar para antes da adolescência, seria colocarmos a nossa voz no centro do sector circular cuja superfície o «57» abrange. Ficamos no caminho, em tensão para o centro, contrariando a tendência periférica e tentando com ela o equilíbrio de duas forças de sinal contrário e igual direcção: o futuro lusitano.

### Primeiro, a primeira educação

Enquanto para o «57» a reforma da Universidade é a reforma das reformas, nós cremos que sim para as dimensões que o ocupam e preocupam, mas não já para a dimensão que nos ocupa e preocupa a nós. Uma reforma estrutural da Primeira Educação é o que nos parece, daqui, e aqui, a reforma necessária. Porquê?

### Introdução ao Homem alentejano

Porque com a escola rural e só com ela tem de contar o maior contingente da população, e porque a função docente desta escola nada tem com o Ensino Superior e, portanto, em nada viria a alterar-se com a reforma desse Ensino. Talvez que a reforma da Universidade, no enten-

der do «57», pela palavra do seu director, abranjesse nos quadros universitários as actuais escolas do magistério ou escolas normais. Creio mesmo que embora não estivesse nas suas previsões, estará, com certeza, nos seus intentos. Mas a verdade é que, ainda por uma questão de tempo e lugar, ainda da nossa dimensão da província, ainda em nome das necessidades que são, há séculos, urgentes — a Educação do homem rural não tem que depender nem pode esperar pela do homem urbano, do homem português ou do homem atlântico, funções essas que, a nosso ver, estariam entregues aos liceus e às universidades, respectivamente. São razões de tempo e lugar, do homem concreto, portanto, que decretam esta urgência, onde se pode passar sem filosofia ou, pelo menos, sem um sistema filosófico, mas onde se não deveria passar nem mais um ano sem acção — acção criadora, construtora e transformadora. Não queremos, não podemos esperar. O relógio atrasou-se séculos, é possível que haja mesmo cantos e recantos sem relógio, nem sistema métrico decimal — sem tempo e sem espaço, portanto. Por isso dissemos que, fundamentalmente, temos de contar com uma gente sem tempo e sem lugar, própria, talvez, para um poeta verter o sentido trágico do Alentejo, por exemplo, mas imprópria para quem pensa não em termos trágicos mas épicos. A épicos não já de navegantes mas de bandeirantes, eis o que o Alentejo, atrasado do Brasil alguns séculos, espera. Um inquérito ao homem alentejano deve preceder, como é óbvio, um estudo teórico da sua antropologia. A acção prática deve anteceder a teórica. No dia em que se possam escrever livros sobre o homem alentejano é altura não de começar a actualizá-lo, isto é, a situá-lo dentro do espaço e do tempo, que não tem, que ignora, que não pede porque não pode nem sabe pedir, mas altura de estar já actualizado para que possa, a si, civilizar-se ou, se se quiser, educar-se.

Esta «introdução ao homem alentejano» creio que servirá, com poucas variantes, para o homem de todas as províncias lusitanas, projecto que julgo tão necessário e tão grandiosamente promissor, como o do homem atlântico. É preciso que a grande palavra atlântica se junte a pequena palavra alentejana. Quem diz alentejana, diz a das outras províncias do complexo pátrio. A vida local, aproveitada para demagogia, folclore, literatura, regionalismo e outros serviços de interesse privado, nunca foi encarada em grave função da história, do presente e do futuro da pátria. A nossa teima é que o homem concreto, se há-de tender para um dos extremos, de que o homem atlântico serve de grau intermédio, que é o homem universal, tem como extremo oposto o homem-indivíduo, aquele homem que, como as impressões digitais, é o único, e onde mora a liberdade. A educação para a liberdade, é a educação do indivíduo para o universo, a única que considera, simultaneamente, estes dois valores e, gradativamente, os valores intermédios. A escola livre é a que pedimos, como vemos pedir a universidade livre por «57», primeiro implícita — e agora expressamente: «Com o acesso do universitário ao governo da Universidade, a Associação Académica passaria de certo modo a ser a própria instituição. A Universidade tornar-se-ia nesse caso uma associação espontânea de professores e alunos, de mestres e de discípulos».

O ideal da educação livre nos irmana e faz da diversidade, doutrínaria, temperamental ou de educação dos que pensam, escrevem, coadjuvam e continuam o «57» não motores de exclusão mas de solidariedade. O «57» poderá ser o campo experimental das gerações de vanguarda, no treino da mais difícil, da mais

(Continua na pág. 20)

# O CULTO DO ESPÍRITO SANTO

Por  
RAFAEL MONTEIRO

«There are more Things in Heaven and Earth, Horatio, than are dreamt of in your philosophy.»

(Shakespeare — Hamlet, I-15.)

## Divindade e Humanidade

A mulher foi criada para o homem (não é bom que o homem esteja só, Gen. II, 18) — ambos para, na união amorosa, glorificarem Deus.

«Eu sou para o meu amado, e ele para mim é que se volta» (Cant. d. cant. - VII, 10). Deixará o homem a seu pai, e a sua mãe, e se unirá a sua mulher: e serão dois numa carne» (Gen. - II, 24). «Goza da vida com a mulher que amas por todos os dias da tua vida instável (...), porque esta é a tua parte na vida» (Ecles. - IX, 9).

A narração bíblica de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, pode significar a potência divina existindo e agindo no homem — o mundo do Deus criador reproduzido visivelmente sob a imagem do homem, ser criado. Os membros do corpo humano poderão não ser mais do que imagens dum certo modo espiritual da existência que se manifesta na figura simbólica de Adam Kadmon — o primeiro homem.

Na «árvores», que é, ao mesmo tempo, esqueleto do Homem e esqueleto do Universo, as «Sephiroth» ocultam e manifestam a potência divina — revelação de Deus na Shekhina (arquetipo místico da comunidade de Israel), a *Mulher*. Por ela o homem se liga aos Anjos e «expressa» Deus. (As coisas que Deus realiza visivelmente, realiza-o pelo ministério dos anjos: «Quae visibiliae sunt divinitus, dispensantur per ministerium angelorum» — De Trinit. - III, c. X.). Do amor a vida continua-se. Tal «processus» é a mais profunda manifestação da divindade: por ele o homem se redime, cria e conhece — a mulher por mistagoga.

Quando Astréa deixou a Terra e se elevou aos céus, colocando-se naquela casa zodiacal chamada «da Virgem», terminava na Terra a «cidade de ouro», que os arqueólogos desconhecem e Daniel ensinou a Nabucodonosor.

O amor humano deixava de confundir-se com o amor divino. Divindade e humanidade separavam-se; o mundo conhecia a dor. Entre Deus e o Homem interpunha-se a serpente, que, num «crescente» figurada, a Senhora da Conceição, Mãe de Jesus, esmagava ou pisava.

Obliterada a sua memória, o homem, contudo, jamais deixou de se perturbar com o sublime e indezível mistério da geração. Nenhum povo deixou de encontrar na dualidade macho-fêmea um princípio religioso, o princípio religioso (!); daí os cultos diversos às múltiplas potências criadoras, muito vivos no mundo pré-cristão, onde o homem «se sabe infeliz». Ele busca a união; mas ainda há-de nascer o Messias — que quer dizer: «mediador».

## Cristianismo

«Fez-se homem, para nos fazer deuses».

(St. Atanásio — «Da inc. do Verbo»).

Não podemos, sem erro e sem perigo, estabelecer semelhança entre o cristianismo e anteriores ou posteriores ensinamentos. Buda, Lao-Tsé, Confúcio, Mafoa, eram *homens filhos do homem*. Cristo — é Deus vivo em Jesus. «Le Christ est plus qu'un Bodhisatva et plus qu'un Boudha»; «avec le Christ apparait pour la première fois un Dieu complètement incarné dans un homme». (E. Schuré).

Cristianismo não é evemerismo. Na queda, o homem perdeu a divindade; «a minha testemunha está no céu, e nas alturas o que me conhece» (Job - XVI, 20). É filho, não irmão. E por Moisés, ao filho o Pai impõe a Lei. «Le décalogue de Moïse se pré-

70% das opiniões começavam assim: «Eu não o li, mas dizem que...» E como dizem, o intelectual também diz. O servilismo e a preguiça mental comandam assim o pensar «livre» destes «livres intelectuais». Acostumados aos pios líricos do costume, acharam o «57» maciço e com muito (demasiado) que ler...

Os profissionais da propaganda tiveram bom campo para actuar. Com dois clichés de sensação, que logo se difundiram como decreto proclamado pelo Chiado (pela má-língua do Chiado, que é tudo quanto resta desse saudoso bairro intelectual...) e por todos aclamado, resolveu-se a problemática «57».

Uma vez mais se patenteou a inexistência de um convívio cívico dos portugueses. Como é possível o convívio dos que actua da verdade e imparcialidade crítica colocam o seu egoísmo, o seu comodismo de adaptados (conformistas ou inconformistas, tanto faz, valem o mesmo) e nada fazem, antes contrariam os que fazem por transcender, transformar, reformar a situação e o condicionalismo a que se adaptaram? Se alguém tenta lançar a necessária ponte e adoçar relações, ninguém se dispõe a ceder um milímetro das suas posições de intransigência, dogmatismo e febre.

## O 57 como teste

Um espírito de facção continua a inspirar jornais e folhas literárias. Não usam argumentos de razão, mas de força: «Não queremos o 57...» E como não querem, batem o pé.

Um jornal que, apesar de órgão de grupo, se apresente com personalidade e novidade, não pode vingar (vingará?) num meio de aguçadas invejas, onde cada jornal que aparece é bom na medida em que serve de poleiro para alguns lá obremem doutrina, que muitas vezes nem doutrina é.

Ao lado de dois ou três órgãos, consentidos por hábito, «institucionalizados» digamos, cujo maior defeito (e única qualidade) é continuarem a viver já depois de mortos, um jornal que se apresente com impulso, juventude e guerra é olhado com natural desconfiança de concorrente.

de Agostinho: «quod Spiritus Sanctus procedit temporaliter ad sanctificandam creaturam» («De Trin.» — XV, c. XXVII), cria o Império. A síntese realizar-se-á.

Amado e sabendo, crendo e compreendendo, os portugueses — novos apóstolos — vão iniciar a tarefa: evangelizar, unir, remir!

Na cruz das velas, o sinal immaculado.

## Reino do Espírito Santo

«Gloire à Dieu Qui sublimement s'enfonce Dans le gouffre — esprit Du Royaume de Satan!...» (Raul Leal)

(Continua na pág. 19)

# o homem honesto

Corcovado, passa os dias debruços, sobre as mesas nos cantos mais obscuros dos cafés, das pastelarias ou das leitarias, estudando aquelas sebtentas sujas, escuras e cinzentas. Sabe que, como aborto que é, deve sair à luz do dia só quando estiver munido daquela força anónima que a sociedade burocratizada lhe confere — o diploma. Queima os olhos estudando o processo de vingar nos outros o ressentimento enorme de não valer nada. Vende a alma. Não sabe a quem, nem importa a ninguém — pensa. É de um egoísmo feroz; na aparência de bons meios esconde os fins maléficos que se lhe propõem e os quais recebe passivamente. Age mediocremente.

Debruça-se, humilíssimo, rasteiro e covarde sobre aquilo que sabe não valer nada, chama para junto dele quem lhe não possa fazer sombra; presta homenagem àquele a quem, prevendo, há-de espezinhar se para isso lhe for dada alguma oportunidade.

Não tem opinião, porque «não convém marcar diferenças», nem dar a conhecer a sua fórmula secreta. Lê apenas os jornais diários que lhe fornecem os meios para concordar com todos os que com ele, não precevidos, sustentam o diálogo.

É pontual. Todos os dias, se está empregado, não encontra o seu superior razão de desagrado, chegará às 9 horas. É talvez a única coisa de que se orgulha: nunca faltou, nunca bobou demais, nunca seguiu atrás d'as saias revoltantes de uma bela rapariga de lindos e longos cabelos negros ou castanhos. Não chegou sempre à hora. O seu deus é o relógio.

Se é estudante, não compreende porque são permitidas as faltas, pois que ele, a cada aula, vê a grande ocasião de ser sabujo, de negar a sua virilidade, as suas qualidades masculinas, de esperar a oportunidade de humilhar os outros. De ser catadrático.

De óculos, curvado, cinzento e sujo, todos nós o consentimos na nossa convivência. Pois se ele é rasteiro, se se apaga, se não nos incomoda, se nos elogia, porque não favorecê-lo? De resto, sabe todas as

anedotas em voga. É da sua profissão: fazer rir os outros sem que eles se riam da miséria que ciosamente oculta. Vinca-se-lhe a cara na determinação oculta para quem não sabe caractereologia; o queixo prolonga-se-lhe e nas rugas paralelas da boca estreita denota-se-lhe a firme intenção interior.

Gargalha em meio de grupos ruidosos. Diz «malta» quando fala em aventuras com mulheres. Não tem a coragem de ser sózinho. Acompanha, deseja, aspira ao rebanho, mas não abdica da intenção oculta de ser ele o pastor.

É corcunda por dentro. De fora, sabe bem fazer a curvatura e, quando o corpo é atingido pela repugnante actividade daquela alma mediocre, já se pode desculpar por «vinte anos de trabalho» de quando em vez acrescentando «honesto e sem ambições», pois nesse momento já alcançou o que toda a vida ambicionara: nada.

Não joga, não bebe, não fuma, não ama. Moralista, abstémio, neutro procurará logo que tenha poder impedir os outros naquilo que classifica de «excessos». Para isso utilizar-se-á da moral que prega aos outros na tentativa de os submeter à mesma atitude passiva que tanto preza, utilizará as leis se acaso, infelizmente demasiado frequente, chegar a legislador, para obrigar os outros a resignarem-se aos seus fins mediocres. Também tentará pregar religião: aquela religião cinzenta, escura, de um branco sujo, porque não diz-lo, de um negrojante sombrio em que nos fala mais do inferno do que na legitimidade da aspiração intrínseca, interior a todo aquele que não pertence à turba imensa dos mediocres.

Resignado, disciplinado, demitido, há muito que desistiu das ideias; os sentimentos petrificam-se-lhe em frases feitas; as palavras transformam-se nele em sons articulados — papagueia, não fala. A alma reduziu-se-lhe à laringe.

A cada passo se cruza connosco na rua, no escritório, no emprego, nas aulas. Todos nós o conhecemos.

F. S. M.

# A situação social do ESCRITOR

A valorização e dignificação do escritor português tem sido objecto de uma das mais sistemáticas campanhas do «57». Norteando-a menos por «frases» mais ou menos exaltadas, do que através de observações concretas, sugestões pormenorizadas e propostas fundamentadas, procurámos contribuir autenticamente para que justiça seja prestada pela sociedade, aos seus mais altos expoentes e àqueles de onde, mais do que de qualquer outro lado, se pode esperar a compreensão dos problemas humanos e, consequentemente, dos problemas nacionais.

Assim, nos cinco números anteriores, os redactores do «57» desenvolveram os seguintes quesitos:

N.º 1 — Artigos: «A situação social do escritor português».

«80 milhões de leitores». «Prémios literários».

N.º 2 — Artigos:

«Os editores. A sua inoperância comercial. A sua responsabilidade cultural».

«A situação social do escritor — O escritor perante o Estado; os Prémios Literários; a Sociedade de Escritores».

«As iniciativas da Sociedade de Escritores».

«A Feira do Livro e os interesses dos escritores».

N.º 3 e 4 — Artigo:

«A ausência do livro português em Moçambique».

(1) Religião, neste trabalho, tomamo-la como derivada de religio, esta de re-ligo (tornar a unir), tal como a palavra se considera desde Lactânio.







No nosso número 2, de Setembro de 1957, dirigimos um inquérito aos estudantes, especialmente dedicado a aspectos da crise universitária. No número seguinte, publicámos as respostas mais lúcidas. Passou-se tempo. Entretanto, foram publicadas duas reformas parcelares, muito discutidas aliás: a da Escola de Belas Artes e a da Faculdade de Letras. Não eram reformas de base, mas reajustamentos que conservaram o mesmo modelo, valorizando-o sem dúvida no particular, mas pouco alterando o problema no seu conjunto. Críticas excelentes destas reformas, foram as de Cunha Leão no «Diário Popular». Apenas faltou dizer que é inconcebível duas instituições universitárias portuguesas, órgão do estado português, educadoras do espírito português e dos portugueses, não incluírem nos seus programas: no caso da Escola de Belas Artes, o ensino da Estética portuguesa; no caso da Faculdade de Letras, o ensino da Filosofia portuguesa.

Ou será só a nós, que tal parece absurdo? Ou a frase de Almeida Garrett, inscrita na escadaria do Ministério da Educação Nacional, será um mero ornamento para a vista? Ou abdicámos já da nossa espiritualidade própria e de exigir a sua presença em todas as manifestações da nossa vida colectiva?

Mais importante do que essas reformas parcelares — e não fomos aqui em causa o intuito renovador dos actuais Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional — foi sem dúvida esse estudo decisivo a que Alvaro Ribeiro deu o título — tão precioso quanto rigorosamente lógico e científico é o seu conteúdo — de *Escola Formal*. Tal estudo fora aliás precedido de uma série de trabalhos propedéuticos de grande interesse para uma modificação estrutural da educação portuguesa, o último dos quais, sobre *Formação de professores*, se devera ao Prof. Delfim Santos, que conhece de perto e expressivamente traduziu, os problemas de um professorado a perder cada vez mais o sentido do verdadeiro ensino.

O principal mérito de Alvaro Ribeiro foi o de ter esboçado com rigor e coerência todo um sistema pedagógico e social, deduzido de uma antropologia portuguesa e harmoniosamente adaptado à forma do homem, isto é, à sua alma. Na pedagogia nova de Alvaro Ribeiro, a *escola não é informal* — o que actualmente acontece — porque o filósofo não admite um homem *informe*. Estamos pois em presença da verdadeira reforma, essa que todos esperávamos e que veio a provir, finalmente, de uma criação filosófica partindo da concepção para a acção.

Na consciência de que atravessamos decisivos momentos para o futuro da educação portuguesa, que é o mesmo que dizer, o futuro do homem português, abrimos hoje um segundo inquérito aos estudantes portugueses: têm sido acusados de se desinteressarem dos destinos da escola, quer durante o período dos estudos (para não se comprometerem e não se evidenciem como críticos dos próprios professores), quer posteriormente (levados pelo egoísmo de quem queima todas as pontes com uma problemática de que se sentem libertos). Não lhes pedimos evidentemente uma crítica ressentida; não lhes pedimos sequer, uma crítica. Antes um depoimento pessoal, um contributo fenomenológico, algo que, pela sua verdade e eloquência, contribua para o conhecimento da autêntica problemática do corpo discente, da classe estudantil da escola portuguesa.

Aqui deixamos pois algumas perguntas para o inquérito: responderéis às que mais vos interessarem; responderéis como quiserdes; responderéis mesmo fora das questões propostas; o que interessa sobretudo, é um depoimento sincero e meditado, sério e realista, sobre a vossa situação de jovens no estágio essencial do trânsito da mocidade para a maturidade — um depoimento que verdadeiramente auxilie o reformador futuro. Eis o

## 2.º INQUÉRITO AOS ESTUDANTES

### QUESTIONÁRIO

1. Acredita na vocação de cada homem, ou no seu específico génio para determinada missão humana? Em caso afirmativo, entende que os estudos a que se dedica, beneficiam e estimulam a sua vocação? Porquê?
2. Está de acordo com o ensino rigorosamente idêntico para os dois sexos? Como homem ou como mulher, julga que a educação recebida preenche inteiramente os quesitos ou as aspirações criadoras e viventes do seu sexo?
3. Sente que o ensino por si recebido respondeu aos principais problemas do seu espírito, inquieto perante os enigmas e as lacunas que experimentou na relação com a existência?
4. Tem lido o que no «57» se tem escrito sobre os problemas educativos? Há algum ponto especial que lhe mereça concordância ou discordância?
5. Pessoalmente, o que lhe parece «faltar» no nosso ensino? Procedendo à sua autognose, isto é, ao seu próprio auto-retrato psicológico, o que julga haver «a mais» e «a menos» no ensino recebido?

Como dissemos, o leitor responderá ao que quiser e como quiser. Não se pretende, repetimos, propriamente críticas, mas depoimentos. Como de costume, aos autores das respostas mais compreensivas e fundamentadas, serão oferecidas assinaturas — por 12 números a contar do N.º 1 — do «57».

## Nós outros

Durante cento e cinquenta anos, os escritores da sociedade negociante, com quase raras excepções, acreditaram poder viver numa feliz irresponsabilidade. Viveram, de facto, e depois morreram sós, como tinham vivido. Nós outros escritores do século XX, nunca estaremos sós. Devemos saber, pelo contrário, que não podemos evadir-nos do mistério comum e que a nossa única justificação, se alguma há, está em falar, na medida dos nossos meios, por aqueles que não podem fazê-lo. Mas devemos fazê-lo, de facto, por todos os que sofrem neste momento, quaisquer que sejam as grandezas, passadas ou futuras, dos Estados e dos partidos que os oprimem: não há para os artistas carrascos privilegiados. É por isso que a beleza, mesmo hoje, sobretudo hoje, não pode servir nenhum partido; não serve, a longo ou a curto prazo, senão a dor ou a liberdade dos homens. O único artista comprometido é o que, sem nada recusar do combate, recusa pelo menos fazer parte dos exércitos regulares, isto é, o franco atirador.

ALBERT CAMUS

## O LICEU E A ESCOLHA DA PROFISSÃO SUPERIOR

Raramente, creio que muito raramente, a vocação se revela por si, espontânea e irremediável. Nada a detém. Traz o selo da fatalidade: é o dom do génio.

Na quase totalidade dos casos, é preciso, porém, descobri-la e, descoberta, encaminhá-la, engrandecê-la, apurá-la, torná-la útil ao possuidor e à humanidade. Na medicina, a um tempo ciência, arte e profissão, esta vocação tem de ser mais do que útil ao possuidor, fecunda em benefícios humanos. O aluno do liceu, findo o seu curso, sabe isto? Quem escolhe, pressupõe o conhecimento dos objectos sobre que vai recair a sua escolha. Tem-no o estudante recém-saído do liceu?

Porque não há-de ser obrigatório no liceu a leitura, durante o último ano, àquela que vai decidir da futura orientação do estudante na escolha da carreira, de livros de orientação intelectual, para todas as profissões que se abrem ante os olhos inexperientes dos alunos? Porque não há-de ser esses livros, consultados, criticados, acrescentados por conferencistas de reputado valor moral e profissional, que com a palavra quente e persuasiva pinte o quadro vivo da respectiva carreira, em que avultem bem fortes as tintas escuras das responsabilidades e deveres profissionais e morais, um pouco menos carregadas as das aptidões físicas e morais, parcimoniosas nas tintas alegres e leves do êxito material e do triunfo intelectual?

Já o estudante teria uma base para a escolha.

Dr. A. da Rocha Brito.  
Prefácio a *O Médico*,  
volume 3 da Coleção  
«Studium»

Actualmente esta escolha é feita no acto da inscrição no 6.º ano dos liceus.

Aos quinze anos (!) já o estudante é obrigado a optar pelo direito, pela engenharia e pela medicina.

Aos quinze anos (!) escolhe uma profissão que ignora!...

Como se sabe, a estrutura da universidade portuguesa foi decalcada sobre a da universidade francesa, naquele tempo em que as ideias como os bebés vinham da França. Quando ao nosso pensamento e à nossa filosofia se conferia tal descrédito, os políticos, os legisladores e os pedagogistas deste país com oito séculos de acção, não temiam assumir que Portugal era uma colónia cultural da França e que o homem português devia copiar servilmente o figurino francês — considerado arquetipo do homem superior. Isto compreendia-se até certo ponto — mas era assim mesmo imperdoável! — quando a ciência antropológica estava na infância, a caractereologia de diferentes povos não fora ainda definida, a psicanálise do inconsciente colectivo não fora sequer esboçada e a filosofia positivista e idealista (sem antropologia) não fora ainda superada.

Assim, o nosso ensino sofreu o duplo malefício de um desacerto antropológico e de um pensamento idealístico-positivista de tal modo errado e fracassado que não há hoje pensador que ouse sustentá-lo publicamente.

O sistema falhou por completo em Portugal, pelos dois motivos apontados. O sistema falhou também em França, sua pátria, porque partia de uma filosofia inteiramente equivocada.

Isto prova-se na revista da experiência.  
Com efeito, a revista parisiense «Arts», publicou no seu número de 10 de Dezembro de 1958, os resultados de um vasto inquérito à crise da Universidade Francesa, feito durante dois meses, através de milhares de consultas a professores e estudantes. Como dissemos, o paralelismo é flagrante — e não deixa de ser curioso anotar que as conclusões apresentadas pelos inquiridores de *Arts* vêm em numerosos pontos ao encontro do que tem sido escrito sobre o Ensino e a Educação em Portugal, nas páginas de «57» ou por redactores e colaboradores nossos em livros como «O drama do universitário» (1955), «A angústia do nosso tempo e a crise da universidade» (1956), «Problemática concreta da cultura portuguesa» (1957) e «Escola Formal» (1958).

Os textos que aqui deixamos, extraídos do Inquérito de «Arts», merecem sem dúvida ser meditados por quem veja na reforma educativa total, a solução viável para uma autêntica renovação da vida portuguesa.

### ... Estruturas do tempo de Napoleão I... Um ensino ultrapassado

«Para quê anfiteatros, laboratórios, professores, créditos, se o ensino dado aos estudantes, ultrapassado, já nada vale hoje, se a Universidade fracassa na sua missão? Seria acrescentar o esbanjamento financeiro ao esbanjamento intelectual. É um luxo que a França não se pode permitir. Pois o esbanjamento intelectual é inegável. Num mundo em revolução, a Universidade continua amarrada a estruturas do tempo de Napoleão I.»

### ... máquina de fabricar falhados...

«A Sorbonne é cada dia uma máquina mais aperfeiçoada de fabricar falhados. O nível dos estudantes baixa constantemente mas os exames, se não fazem viver os que os passam, «matam» os que reprovam.»

### ... A filosofia sob o domínio dos mediócrs...

«A Faculdade de Letras, que alimenta um complexo de culpa em relação ao mundo moderno, baptizou-se a si mesma com este novo título: «Faculdade de Letras e de Ciências Humanas». Nem por isso se tornou mais actual ou mais vantajosa aos seus estudos. Alguns viam na criação de licenciatura de letras modernas, um caminho novo. Era um beco sem saída. A filosofia, sob o domínio dos mediócrs não era mais do que um comentário fastidioso aos textos secundários.»

## ... Universidade Francesa, Universidade Portuguesa...

### — Um impressionante paralelismo —

#### ... indispensável uma reforma geral...

«Todos os interessados consideram indispensável uma reforma geral para a actualização do nosso ensino, que repousa sobre princípios e estruturas velhos, pelo menos, de um século. Em vez disso, apenas se fazem reajustamentos e «reformazinhas».

#### Crítério da memória

«... eis o verdadeiro drama dos concursos nos hospitais, que traíram a sua missão inicial. Não se trata, para o candidato ao externato, de fazer obra original ou inteligente, mas de papaguear quinze perguntas em noventa minutos, se se lembra do que aprendeu de cor, com mais ou menos memória. O próprio internato, embora comportando uma prova oral, é um verdadeiro «concurso de memória» para todos os candidatos.»

#### ... ninguém sabe já nada...

«O programa deste ensino é ambicioso: cobre todas as ciências ditas fundamentais, toda a medicina e todas as principais especialidades; todos são obrigados a saber tudo. Uma tal concepção tem como inevitável consequência uma mediocridade geral, um minúsculo verniz pseudo-científico e não é exagerado dizer que, em definitivo, do que é apenas ensinado na Faculdade, ninguém sabe já nada, no dia em que presta o juramento de Hipócrates.»

#### ... afastar em todos os níveis quem possa fazer sombra à sua autoridade intelectual...

«No seu «Porquê filosofar», Jean-François Revel escrevia: «Não é um acaso se a pobreza filosófica reina em França desde o princípio do século XIX, isto é, desde a criação da Universidade. Mesmo tendo por outro lado algumas vantagens, o nosso sistema universitário permite que os mediócrs, uma vez conquistados os postos importantes, aí fortaleçam a sua confiança neles mesmos e exerçam a sua ditadura sobre os exames, os concursos e as carreiras. Um eficaz poder temporal dá-lhes oportunidade para afastar em todos os níveis quem faça sombra à sua autoridade intelectual...»

#### ... semelhantes a esse doente que perdia peso e engordava (os exames)...

«... os exames de ensino superior tornaram-se semelhantes a esse doente que perdia peso e no entanto engordava: à medida que se enchia, o seu corpo perdia substância. Os exames são cada vez mais difíceis, cada vez mais mortíferos — e cada dia que passa, vão perdendo o antigo valor que se lhes atribuía.»



ção política, havia criado uma Faculdade para satisfação do seu orgulho e até do seu doméstico proveito.

— *Havia então quem não visse a criação da Faculdade com bons olhos...*

— Se havia! Dentro da própria Universidade que ia beneficiar do acto de audácia do filósofo se encontravam desses daltónicos. A justiça só se faria após a crueldade da extinção; para não dizer mesmo: só após a morte do homem que lhe deu o ser. Hoje todos reconhecem que esse acto aparentemente político do filósofo foi uma expressão da sua entranhada afeição pela gente laboriosa e humilde que é a gente do norte, tão esquecida, por vezes, dos que dis-

ceal ou do magistério livre) contribuiu muito, naturalmente, na escola superior do Porto, rápida e arbitrariamente criada, para a específica *virtus* que transparecia do seu intenso labor docente. Dos preconceitos ninguém fazia caso. Não havia cátedras, nem títulos. Do que se cuidava era de problematizar, esclarecer e estudar. Havia aí professores que se se vissem com um capelo pelos ombros, solitariam uma risada que fazia as delícias de Rabelais. Teixeira Rego era um deles. Era um autêntico *alter ego* de José Sampaio (Bruno) no saber e no desdouro dos formalismos académicos. Outro tanto se verificava em Leonardo. Que lhe importavam os títulos, os programas, os doutoramentos?

cisos aparecem sempre, desde que as circunstâncias imperiosamente os solicitam. Quantos homens vivem e morrem na obscuridade, sob o lastro dos que não acreditam senão na mediocridade!

— *Quer então dizer que há especialistas em Portugal que poderiam perfeitamente preencher as funções essenciais dessa Faculdade?*

— *Perfeitamente, só no Reino dos Arquétipos. A perfeição não é do nosso mundo. O que quero dizer é que, entre nós, há muitos professores do ensino livre e do ensino médio, alguns escritores e autodidactas que poderiam muito bem repetir a surpresa que, em 1919, se verificou na rápida improvisação da Faculdade de Le-*

tudo corre perigo e tudo está mal — outros, em grande número, serão dominados pelo sentimento de que a filosofia só serve para complicar e perturbar. Daí a condenação à cicutu ou ao exílio, que em cada época e em cada nação assume múltiplas feições...

— *Parece-lhe, então, que a filosofia é uma ocupação que está condenada a ser sempre somente de alguns?*

— Em potência, todo o homem é filósofo. Mesmo os mais rudes são sensíveis ao valor da meditação transcendente. O difícil está em tornar cada homem rude ou distraído no homem reflectido e autêntico que ele poderia ser. Para se conseguir tal efeito, não se conseguiu descobrir a precisa peda-

ções ao aparecimento do «Livro de Job», mas não ao ponto de apontar o seu tradutor como um filósofo. Apenas o julgou, em conclusão, como «um grande exemplo moral» — e daí não passou. Basílio Teles, por seu turno, segundo se diz, correspondeu a essa incompreensão com incompreensão análoga, não reputando o autor do *Criacionismo* como «filósofo».

— *Tem pois a opinião de que os homens de pensamento, em Portugal, têm vivido normalmente em recíproca ignorância...*

— Se me permite, irei mais longe e direi que, entre nós, — hoje, ontem e quem sabe se amanhã — os homens que pensam vivem em regra como que de relações cortadas. É ver o caso de Antero, em face de Amorim Viana; ou Verney em face de Matias Aires; ou Teófilo em face de Antero; ou Leonardo Coimbra em face dos «mestres» de Lisboa ou de Coimbra! Basta dizer que só agora, no ano do passamento de Joaquim de Carvalho, uma revista universitária conimbricense (o *Instituto*) se curva perante a realidade do valor do homem tão vituperado e escarnecido há quarenta anos, reconhecendo pela boca do poeta Pascoaes que, em 1936, desapareceu «o maior filósofo português» do nosso tempo.

— *Foi na verdade uma injustiça...*

— Mas a injustiça às vezes é tónica... Quero crer que a figura ideal de Leonardo, como a de Sócrates, talvez tenha beneficiado da dureza dos que o desprezavam e condenavam. O caso é de certo modo similar. Sem a condenação à morte pela cicutu, lavrada pelos crassos heliastas, e sem a dedicação póstuma de Xenofonte e de Platão, decerto que a fisionomia do conversador ateniense ficaria muito esbatida. Da extinção do malfadada Faculdade do Porto e da morte trágica do seu fundador, algo de análogo resultou. O que é prematuramente morto, por maldade dos homens ou cegueira do destino, sempre se espiritualiza e levita.

— *Se bem interpreto as suas palavras, depreendo que sobre a figura real ou vivente do Leonardo se criou uma figura por assim dizer platónica ou ideal...*

— Essa questão é muito delicada para ser, já não digo resolvida, mas esclarecida, em uma conversa de meia hora. Todo o homem corresponde a mais de uma imagem. A própria figura de Cristo aparece com traços e tonalidades diferentes, conforme os Evangelhos em que se espelha. Se houvesse vinte evangelhos, haveria vinte imagens do Nazareno. Com o mais comum dos mortais, a mesma lei se verifica. Não precipitemos, pois, a conclusão que parece espreitar na sua hipótese: a de que nós, os que convivemos com Leonardo, lhe temos falsificado (por assim dizer) o perfil, criando um homem diferente do que ele realmente era ou foi. Por mim, em tudo o que tenho escrito para definir o seu modo de ser, sinto não ter procedido com intenção de transfigurar mas, sim, de revelar uma perspectiva que considero muito mais ontológica e verdadeira do que a dos detractores.

— *Quer então dizer que Leonardo Coimbra actuou de modo tão certo que a sua herança se transmitiu?*

— Suponho que sim. Embora reconheça que nenhum de nós (permita-nos o anonimato) é portador daquela força de presença e da palavra que o singularizou como «filósofo vivo», parece-me que em cada um dos que vão levando para diante, conforme podem, o seu luzeiro, há um discreto signo a apontar o mesmo destino que ele, em tão adversas circunstâncias, cumpriu.

# os pensadores portugueses

## ANNA DIONÍSIO

tribuem os bens do corpo e do espírito.

— *Poderá dizer-nos em que consistia o pensamento de Leonardo, como reformador da Educação Nacional e que obras planeava realizar, se as circunstâncias não tivessem cortado as suas possibilidades de acção?*

— A sua ideia fundamental era, simplesmente, esta: *encher o país de escolas*. A frase é textual. Assim mesmo se exprimiu quando pela primeira vez foi ministro da Instrução Pública. A criação das Escolas Primárias Superiores estava na linha conseqüente desse seu intento concretíssimo e lúcido. Infelizmente essa iniciativa, tão importante, seria morta quase à nascença, a coberto de um dos mais capciosos argumentos que se pode dirigir contra uma reforma de educação: a acusação de que a sua realização estava a ser muito imperfeita!

— *Como caracterizaria, em relação à pedagogia oficialmente consagrada, o tipo de ensino de Leonardo?*

— Como todos os mestres verdadeiros, Leonardo sentia o valor insubstituível da *simpatia*. A pedagogia a frio afigurava-se-lhe coisa infecunda e abominável. Por isso ele mantinha uma atitude de sardónica reserva perante todas as formas frígidas de educação, desde a lição magistral, à maneira conimbricense, às ambiciosas aplicações (*up date*) dos processos técnicos dos *tests*, à maneira russa ou americana. A pedagogia que ele advogava e realizava era a da acção da presença, rica de bonomia e de intensidade, ora discreta, ora eloquente, penetrante e ácida.

— *Pelo que diz, e tantos outros discípulos de Leonardo Coimbra confirmam, a Faculdade de Letras do Porto, infelizmente extinta (ou melhor, suspensa) representou algo de «diferente», no panorama do nosso ensino superior. Diferente, como? Porquê e em quê?*

— Nisto e por isto: porque era numa escola juvenil e livre. Isto é, isenta de espírito catadrático ou dogmático. O que se sentia, dizia-se. Por isso nitidamente se distinguia tanto do atmosfera catacumbica do velho Curso Superior de Letras (então ainda em poder do clan positivista do velho Teófilo) como do espírito da antiga Faculdade de Teologia conimbricense, levemente tingido pelo liberalismo de um Virgílio Correia, de um Alves dos Santos, de um Joaquim de Carvalho.

A improvisação dos mestres (quase todos vindos do ensino li-

três do Porto. Sem invocar os que estão por ventura na penumbra do seu laborioso anonimato, ouso, pela segunda vez, — repetindo o que há meses, numa leitura feita em público, acerca do mesmo problema, expuz — ouso afirmar que só por malícia se poderá justificar a resistência ao restabelecimento dessa Faculdade numa suposta crise de pessoas capazes.

— *Poderá dar-nos alguns nomes?*

— Se os deseja, de pronto lhe indico alguns. Como uma Faculdade de Filosofia e Letras se reparte em diferentes grupos ou secções, posso, desde já, apontar as individualidades que poderiam exercer o magistério superior nas especializações fundamentais:

Em Filologia Clássica: Agostinho da Silva e Eudoro de Sousa (dois notáveis helenistas emigrados para o Brasil); em Filologia Românica: António Salgado Júnior, António José Saraiva e Oscar Lopes; em Filologia Germânica: Paulo Quintela (há vinte anos professor auxiliar em Coimbra); em História: Magalhães Basto, Magalhães Vilhena e Joel Serrão; em Filosofia e História da Filosofia: Augusto Saraiva, Álvaro Ribeiro e Magalhães Vilhena; em Dramaturgia e Estética: José Régio e Afonso Botelho; em Epistemologia e Filosofia dos Valores: José Marinho e Lobo Vilela.

— *Vemos que, por espírito de compreensível discreção, não se situa nesse conjunto...*

— Não se esqueça que sou professor efectivo do liceu há 29 anos e que estou portanto a dois passos da aposentação...

— *Considera-se, então, como um desistente?*

— Desistir não está no meu modo de ser. Se encaro, *in petto*, como uma perspectiva quase grata, a aproximação da chamada «reforma» é porque ainda espero fazer dessa quadra, pelo trabalho pessoal, uma espécie de compensação do tempo penosamente perdido. A minha aspiração mais íntima — permita-me a fraqueza confidente — é a de viver ainda algum tempo, exclusivamente, para o que mais importa, lendo e escrevendo, metido num casinhoto que possuo num recanto do Minho.

— *Qual lhe parece ser o lugar da filosofia no mundo moderno? O mundo poderá dispensá-la?*

— A filosofia é tão necessária no mundo moderno, como o terá sido digamos assim, no mundo antigo, em Atenas. A situação é idêntica. Enquanto alguns terão o sentimento vivo de que sem reflexão

gogia. Sócrates, com a sua genial e tão singela descoberta da *maïeutica*, apontou o caminho — mas, como se viu, o próprio ateniense, tão esperto mas preso ao negócio, entendeu que o processo era perturbador e que o melhor seria pôr fora da cidade o velho e gratuito *despertador das ocultas virtualidades*. Nos nossos dias, a febre dos negócios e da pecúnia, do automobilismo e da concorrência industrial, das distrações e do conforto é tão alta que não vejo possibilidade de o homem se tornar mais reflectido e mais *sábio* enquanto se mantiver este complexo e vicioso estilo de viver.

— *E, quanto a nós, — que nos poderá dizer acerca do presente ou do porvir da filosofia? Afigura-se-lhe justa a frase amarga de Leonardo de que o nosso país é «a terra mais antifilosófica do planeta»?*

— Essa definição, como tantas que qualquer homem excepcional pode proferir, num momento de humor ácido, sobre a sua terra materna, não se pode tomar à letra. É sempre bom descontar a frase, como aconselhava Antero, Portugal não é nem mais nem menos antifilosófico do que qualquer outro país, antigo ou moderno. Tanto assim que tem servido de berço a muitos homens de pensamento e decerto o será ainda no porvir. Simplesmente, nesta terra, os homens que pensam, *desconhecem-se* muitas vezes, vivendo e morrendo na amarga convicção de que são seres isolados, sem predecessores e sem companheiros que os prossigam. Foi o que sucedeu, certamente, a Matias Aires, esse estranho espírito reflexivo do Séc. XVIII, a Amorim Viana, a Antero, a Basílio, a Bruno e ao próprio Leonardo. E digo assim, porque, tendo convivido bastante tempo e de perto, com Leonardo, nunca lhe ouvi uma palavra acerca dos que o precederam, com excepção de Antero e Bruno. Durante alguns anos (pelo menos, entre 1919 e 1923) Leonardo residiu a dois passos do tugúrio onde Basílio Teles viveu com ferocidade os seus últimos dias de reflexiva misantropia, a trabalhar nas suas meditações acerca dos filósofos pré-socráticos, do pensamento democrático, acerca do espaço e do tempo, acerca do problema do mal. Não me recordo que Leonardo tenha tomado conhecimento dessas meditações ou as tivesse valorizado. Consagrou, é certo, em uma página avulsa de «A Água», algumas enomiásticas considera-

# AMOR E CASAMENTO

A propósito da «Verdade do Amor» de Soloviev

*Pôr o problema do casamento neste ângulo: o homem fazer da mulher o uso de barro, campo de acção para a sua natureza empreendedora.*

*Mas que escultor terá de ser o homem ou que barro informe a mulher! E se a mulher é já uma maravilhosa obra de arte? Como reagirá a mulher consciente ao encontrar-se de frente com um ser que, em princípio, tem sobre ela os direitos do criador sobre a matéria inerte? Erguer-se e modelar ela o homem não é resposta. Nem a mulher é mais barro que o homem nem o homem mais espírito do que ela. Ambos são barro e espírito. Fundindo-se são o barro primeiro que o espírito supremo modela.*

*Assim é que o amor aparece a justificar a união de dois seres distintos mas que trazem em si a ânsia e o germe duma fusão. Amando, todo o problema de modelação fica posto de parte, porque não há criador e matéria inerte mas integração perfeita material e espiritual. Nenhum deseja modelar o outro. Cada um deseja aniquilar-se no outro. Nenhum domina porque desaparece toda a rivalidade e competição. Maravilhosamente se confundem entranhas e sopro, e o pensamento cessa a procura, porque ao dar-se a união a sua função cessa.*

*E concebe-se o casamento para dar continuidade humana a um encontro transcendente, através do qual se vislumbra a nossa primeira harmonia de seres completos.*

*Mas quem atinge essa visão? Sabemos que a bem poucos é dado entrevê-la. Sabemos ainda que por causa da nossa condição de seres divididos, só poderemos entrever o nosso amor mas não conservá-lo. O amor, novo e eterno escapa a tempo e espaço, não pode caber no nosso ciclo fechado de nascimento e morte. Enquanto estivermos separados morreremos, enquanto morrermos não conseguiremos ser unos, enquanto não formos novamente um só não conheceremos o amor supremo e perene.*

*O casamento como instituição de continuidade, de obra, de consequência, aparece assim como um grande e doloroso paradoxo.*

*É evidente que tem ele de ter outra base que não a do amor como visão suprema de regresso à unidade. É isto é outra impressionante contradição.*

*Somos muitos e múltiplos. Estamos separados e para nos unirmos teremos de morrer da nossa dualidade. E viveremos saudosos da nossa perfeição primeira entrevista através do amor.*

*Mas a matéria, sendo afinal uma criação do espírito, não pode por esse mesmo espírito ser aniquilada? Seria essa a fusão perfeita, aquela em que matéria e espírito se integrariam numa só realidade, ao deixar de existir toda a dualidade da criação.*

*É um aceno à nossa esperança.*

ANA HATHERLY

## "O HOMEM E DEUS"

De Amorim de Carvalho

Com benévola expectativa procedemos à leitura deste livro de Amorim de Carvalho, saído na colecção *Estudos e Críticas*, editado no Porto, sob o título «*O Homem e Deus*». Surpresa tivemos, pois raros são os homens que hoje, desassombadamente manifestam a sua opinião, enquanto, por intermédio de sanções legalizáveis, dominar o policiamento de que enferma a cultura portuguesa. Ao afirmar a sua presença esta policia cultural pretende transferir as funções de capital ou de chefia, visto que apenas se ocupa das funções de mando ou de comando, isto é, daquelas cujo instrumento apropriado é a mão.

Repetindo o que já São Tomaz de Aquino observara, certo escritor bem conhecido, de nacionalidade francesa, escreveu um dia, a propósito, que as falsas opiniões são como a moeda falsa; deste modo, uma vez praticado o crime pelos falsários, os homens que nele não participaram, propagam o acto criminoso dos moedeiros, multiplicando-o e perpetuando-o em herança, embora sem o saber ou de modo infantil. Na Idade Média, tão caluniada e combatida, estudavam-se os processos, porque se conheciam as leis, que permitiam transmutar as categorias mentais do homem que não excedia a opinião pública, naquelas que promoviam a sua ascensão a homem de ciência. Não se combatia nem a opinião nem os opiniosos; mas os governos, interessados num futuro escol, procuravam orientá-los num sentido ascendente do maior aprofundar no conhecer, demonstrado a quem professava tal ou tais opiniões que estas só encerram meias verdades. Observamos hoje, porém, uma tenaz perseguição movida aos homens que opinam livremente, numa vã tentativa de acabar, com o que ainda, da sombra da liberdade, nos resta. Diremos vã, porque com tal atitude e tais actos só se promove o ocultamento e o divórcio dos governos, daqueles órgãos que informam e formam a opinião dos governados.

Perante um livro de opinião, como o é este de Amorim de Carvalho, convém sempre ao leitor proceder a uma sondagem de maior profundidade e verificar de que origem e fontes dimanam as sub-teses ou suposições do escritor. O seu positivismo confesso mostra-nos como esta doutrina que permitiu a implantação, em Portugal, daquela árvore sem frutos que é a República Positivista, domina no nosso país, encontrando ainda eco entre os portugueses que aspiram às actividades superiores. A substantivação ou cousificação do pensar, a já denunciada falsa oposição entre sujeito e objecto em que se baseiam as teorias de conhecimento de maior vulgarização, são preconceitos que o autor de «*O Homem e Deus*» aceita para julgar a filosofia em nome de um abstracto substantivo verbal que se exprime em *pensamento reflexivo e discursivo*, pelo que não pode entender o modo e a flexão características de todo o verbo que garante um processo de filosofar. Não nos surpreende assim que Amorim de Carvalho classifique como sentimento a intenção segundo a qual se efectiva o raciocinar do filósofo, na investigação das causas ou no prescrutar do sobrenatural, o que afinal constitui a própria actividade do filosofar. É certo que o autodidatismo deste escritor lhe fortalece a força opiniosa, mas também é irrecusável que na medida em que não ouve a opinião dos outros, propende o opinioso para a tirania, querendo elevar a ciência o que não passa de suposição. Encandeado com o brilho dos seus raciocínios, encadeia-se o autodidata nos argumentos que expõe e tudo o que de permissas alheias aproveita, servir-lhe-á de fundamento justificativo dos sentimentos característicos de combatente e de militante. Não sabe ouvir. O justo ressentimento que se infere de alguns passos deste livro, contra os malefícios do nosso ensino universitário, desfaz-se, assim, na adopção dos preconceitos dos catedráticos, isto é, dos homens sentados que pretendem pensar, ao combater a existência de uma tradição filosófica portuguesa. Efectivamente os prejuízos que originaram a campanha contra o analfabetismo são da mesma ordem que os daqueles que negam o modo tradicional do filosofar português só porque não leram uma lista cronológica dos nomes mais ilustres dos portugueses pensantes. Verdadeiros semi-analfabetos, muito mais do que os iletrados, são os letrados que entendem que apenas na letra redonda do livro ou artigo podem admirar a verdade, contemplar a beleza e admitir a bondade.

Ao leitor de «*O Homem e Deus*» será útil, porque esclarecedora, a leitura do livro «*Reflexões*» de Agostinho da Silva. Com efeito, da aproximação das suposições dos dois escritores, aparentemente contraditórias, verificamos que da mesma fonte derivam e se o pensador brasileiro, ao longo das páginas da sua obra, omite qualquer referência às três tradições que caracterizam o pensamento português, notamos paralelamente a tentativa de Amorim de Carvalho para demonstrar a inexistência delas. O professor da Universidade de Florianópolis, para quem a flexibilidade da Fé se inverte em petrificada certeza, a aspiração que é a Esperança se subsume no respirar que é a suficiência, as normas do movimento em que se exprime a Caridade são substituídas pelas leis do movimento mecânico de que resulta a sociologia, interpreta a Trindade como Augusto Conte a já interpretara. Esta tendência a espacializar e temporizar aquilo que pertence à esfera do misterioso, tornou possível a cultura e propício o campo para o desenvolvimento e grassar do positivismo mas resulta, sem dúvida, de um enfraquecimento do sentido religioso, ou de um desvio de orientação da direcção daquele. Interpretar o verbo conhecer como relação de sujeito a objecto, de individuo a individuo, subentende a falsa compreensão do próximo como sócio, nega a relação do mesmo e do outro, é efectivamente própria do pensamento escolar. A efeminação da mentalidade masculina subsiste e acentua-se sem remédio, dado que se insiste e se assentem suposições, como o faz o autor de «*O Homem e Deus*» sobre aquela díade corpo-alma que nega a tradicional composição trina do ser humano.

Este escritor que, por certo leu mal ou não leu o catecismo, confunde o sacramento da penitência com o acto de ordem moral que é a confissão. Assim, todo o livro é escrito em estilo confessional o que se patenteia na utilização da primeira pessoa, do singular no emprego dos verbos, em que nos diz do seu julgamento, da sua condenação, da sua absolvição, da sua discordância ou da sua concordância perante o pensamento dos vários autores que Amorim de Carvalho preza ou despreza. Ignorando as virtudes purgativas dos sacramentos, ou incapaz de as compreender, exprime deste modo a sua incredulidade na autognose

(Continua na pág. 20)

FRANCISCO SOTTOMAYOR

# 57 leu

FILOSOFIA • PEDAGOGIA

## LIBERDAD

Lendo "Es

de Alvaro

○ primado que desde Bergson, a Antropologia adquiriu sobre as outras ciências filosóficas, é a resultante da preponderância que nos últimos anos se tem dado às filosofias de real concreto, sobre as filosofias puramente especulativas. O homem do século XX, vivendo na Terra, não podendo nem devendo abstrair das múltiplas influências que da hereditariedade ao meio ambiente sobre ele se exercem, consciencializou em si a ideia que na interpretação dos símbolos que são os dados imediatos da sua experiência diária, estão os princípios, os pontos de apoio, ou as velas, que impulsionarão o barco que o leva na aventura maravilhosa para o desconhecido.

Ora já Kant demonstrava a inviabilidade da razão pura, e Alvaro Ribeiro, filósofo de razão animada, põe assim à discussão em 43, O Problema da Filosofia Portuguesa, problema que leva em 57 todos os intelectuais responsáveis a tomarem posição favorável ou desfavorável. É curioso notar porém, como, para além dos fundamentos filosóficos que alicerçam uma tal doutrina, os intelectuais, quer da esquerda quer da direita, quer liberais quer totalitaristas, quer republicanos quer monárquicos, ignoram até as vantagens culturais e políticas que para Portugal poderiam resultar da aceitação de tal tese, e como comumente preconizam a nossa total, cega e perpétua subserviência a algo que está fora de nós ou que vem de fora, em vez de procurarem sim os meios que conduzam ao desabrochar das nossas potencialidades intrínsecas, à verdadeira, racional e perene libertação do povo português.

Justificando por uma Filosofia Portuguesa a nossa existência como Pátria, destruindo com Os Positivistas um sistema que se opõe à nossa dignificação como povo, postulando com A Arte de Filosofar a Filosofia como arte, e valorizando as figuras daqueles que mostram e demonstram a aptidão dos portugueses para as actividades artísticas, apresenta-nos Alvaro Ribeiro através de toda a sua obra o homem como uma tríade, que só no plano espiritual se compreende, se valoriza e se dignifica.

Toda a filosofia alvarista se desenvolve subsecuentemente na preconização dos meios pelos quais os portugueses atinjam progressiva espiritalização, o mesmo é dizer, na formação de homens livres.

É precisamente situando-o nesta linha que o último livro de Alvaro Ribeiro, «*Escola Formal*», nos parece poder ser bem entendido e assimilado.

Diz-nos o autor no prefácio à sua obra ter sido ela motivada por patriótica atenção a acontecimentos registados no pretérito mês de Maio. Se tivermos da Política o vulgar conceito que normalmente à palavra é dado, se não soubermos que tal como o homem é uma tríade composta de corpo, alma e espírito, assim a Política é o terceiro e mais inferior plano de um sistema em que os outros dois são representados pela Pedagogia e pela Filosofia, se ignorarmos que tal como a alma estabelece o elo entre o corpo e o espírito, assim a Pedagogia pode ser a ponte ou o caminho que leva da Filosofia à Política, jamais apreenderemos a originária motivação política deste livro de Pedagogia e de Filosofia. A analogia atrás estabelecida servir-nos-á agora para identificar o político com o médico. Assim, tal como o médico que quer conservar saudáveis os corpos são ou curar os que estão doentes tem não só que ter noções de Anatomia, mas também de Fisiologia e de Patologia, tem não apenas que conhecer o corpo do homem, mas também a sua alma e o seu espírito, o político que queira conservar sã uma sociedade saudável ou que queira curar uma sociedade doente, terá não apenas que ter formação política, mas também e pelo menos informação filosófica e pedagógica. Se assim não for, curará o médico a momentânea doença física, mas jamais apreenderá as suas causas originárias; se assim não for, julgará o político resolver os imediatos problemas que lhe põem, para que outros logo lhe surjam, numa ininterrupta e caótica sucessão, só possível naqueles que não sabem passar da análise à síntese, que não têm princípios mas apenas meios para pôr em execução os seus fins.

# "Análise da Poesia"

de António Areal

## e comenta

OGIA • LITERATURA

## E DIREITO

la Formal"

ibeiro

Quem procurar interpretar as manifestações de carácter político que em Portugal se têm ultimamente dado, é levado a reflectir se a insatisfação com frequência patentizada terá uma motivação espiritual ou material, isto é, se o primeiro problema da política portuguesa será de Liberdade ou de Justiça, ou, para utilizar a terminologia de Alvaro Ribeiro, se será um problema de Liberdade ou um problema de Direito, pois que no autor de «A Razão Animada» a palavra justiça logo adquire um carácter de absoluteidade. Embora não explícita, parece-nos que a resposta está implicitamente dada através de todo o livro, na sua própria concepção, na sua mais alta e superior doutrina; parece-nos, pois, que Alvaro Ribeiro se pronunciará pela Liberdade. Talvez que quem habitualmente reivindica a liberdade de expressão do pensamento, a liberdade de reunião, a liberdade de imprensa, enfim, as diversas formas anímicas de Liberdade, dificilmente apreenda ou compreenda esta subtil e mais elevada forma de liberalismo, pois que ela implica toda uma diferente forma de filosofar, pois que ela explica toda uma Antropologia. Os que consideram o homem como um animal racional, lógico será que se batam por aquelas formas da liberdade que se situa na zona da alma, e que tão admiravelmente tem sido teorizada pelos filósofos alemães, de Schopenhauer a Hegel. Ilógico seria, porém, que a isso se limitassem aqueles para quem, mais do que um animal racional, o homem é antes uma razão animada. Para estes, embora possam considerar como importante a aquisição de tais prerrogativas, não pode contudo a Liberdade estar sujeita às malhas mais ou menos apertadas do Direito, às múltiplas e variadas formas de unitarismo político, ao descricionário poder de pessoas mais ou menos voluntárias. A Liberdade assim concebida, a Liberdade filosófica, ultrapassa e transcende as mediúnicas regiões da alma, dilacera e rasga as peias do Direito, paira muito acima das vicissitudes da Política.

É a burocracia, transposição para as relações humanas da técnica me-

canicista, uma das mais humilhantes formas de degradação intelectual. O burocrata, peça simples de uma complicada máquina, habituou-se a agir mecânicamente, a pensar e a actuar na relação sujeito-objecto, a constantemente ignorar a relação sujeito a sujeito. O fenómeno mais se acentua, quando dele é protagonista um elemento do sexo feminino. O acesso das mulheres à burocracia, inevitável fim de uma educação assexuada, é flagrante exemplo da progressiva masculinização da mulher. A mulher-burocrata, que não cumpre como esposa o seu destino sobrenatural, que não cumpre como mãe o seu destino natural, desiludida por uma vida que não pode para ela ter qualquer significado, vinga-se e desforra-se no exercício de funções que tão inconscientemente ocorre a desempenhar. Não negamos à mulher o direito de acesso a cargos para que não foi originalmente talhada, desde que obedeça a específica vocação. Negamos-lhe sim, o direito de ser burocrata, pese embora aos sequeles do movimento chamado de emancipação da mulher, pese embora aos propandistas da igualdade dos sexos, pese embora aos ignorantes do Amor.

Muito mais haveria a dizer acerca de «Escola Formal» tão rico de sugestões é o livro de Alvaro Ribeiro. Analisámos apenas os pontos que mais importantes nos pareceram. Terminamos, pois, acrescentando apenas que com «A Razão Animada» tinha Alvaro Ribeiro dado por encerrado um ciclo da sua obra. Não se pode dizer, porém, que «Escola Formal», o livro agora publicado, pertença a um novo ciclo, embora talvez o anuncie. Ele é antes como que uma porta rasgada num edifício que uma porta rasgada num edifício todo construído; até aqui, apenas as aves, habituadas aos altos voos, poderiam penetrar pelas amplas janelas. Agora, encontrada a chave, aberta a porta, mais facilmente se poderá penetrar no templo, e quem o conseguir, deslumbrar-se-á com ocultas riquezas religiosamente guardadas dos olhares profanos.

AVELINO ABRANTES

Se neste estudo de António Areal «foi observado o exemplo cultural que é a Poesia», pergunto: a que poesia se refere o autor? E sobre qual executa a sua «análise e definição»? Eis a pergunta quase unicamente à qual teremos que reduzir as nossas considerações. Há uma questão primordial de onde partir; antes de qualquer análise: a delimitação do objecto de análise. Circunscrevê-lo e delimitá-lo será o primeiro cuidado de quem analisa. O estribilho da poesia é só uma e um dos muitos que correm porque decorrem em plano inclinado: o da barafunda de valores estéticos em que se acha o pensamento, propício e escorregadio à carambola fácil. Se há hoje tantas poesias como poetas, poderá António Areal proceder à «análise e definição da Poesia»? Além das variantes epocais do conceito, como pode ele esquecer as roturas históricas da modernidade e da anti-modernidade, por exemplo? Como pode ele esquecer esse pélogo sem fundo, origem de tantos pélagos de onde já ninguém sai visto nem achado? Mesmo a via etimológica não apresenta qualquer segurança e redonda facilmente em questões de valor que é, deve andar arredado. Não, não acreditamos que pusesse neste ensaio o elan criador dos seus desenhos. Nós queremos vê-lo obter no ensaio, como nos desenhos, as abstrações sobre fauna e flora concretas. Essa fauna e flora seriam, numa análise da Poesia, os espécimes «poéticos», provisoriamente assim considerados e escolhidos para ilustração da sua tese. Se acaso existe tese. A nosso ver não há ensaio sem tese (sem hipótese). Só se António Areal não quis escrever um ensaio. Mas como devemos encarar então este seu opúsculo, cuja linguagem, de grande certeza terminológica, tem toda a maleabilidade necessária para pensar o impensável? Ou será o «pensar o impensável» que reside o ponto mortal de todo o pensamento que deseje aprofundar a zona estrutural da poesia? Penetrá-la, arrancar-lhe o

núcleo vital — não será matá-la, não será destruí-la? Diremos que António Areal quis destruir a Poesia? (dialécticamente, claro).

Creio que um problema idêntico, e tão debatido, prolongado e, afinal de contas, bizantino como o «problema dos universais», muito conhecido nos meios escolásticos da antiguidade, da medievalidade ou da modernidade, se está a forjar na arte e no pensamento da arte. Abundam já os sintomas que nos autorizam o prognóstico e nos habilitam, dentro em breve, ao diagnóstico. Uma metafísica dos conceitos entre os prosadores de ideias, simultânea — nos poetas — a um conceitismo já sem disfarces e que succedeu à desvirtuação do gongorismo em que tão auspiciosamente se iniciara boa parte (a melhor) da poesia actual, — leva-nos a crer numa nova Idade Média do pensamento, numa regressão de processos que não é bem o religar do que de essencial, original mas esquecido possa haver por esses passados além e em bom estado de conservação, pronto a servir, pois o que se retoma são métodos e, se nalguma coisa a história do pensamento progrediu, foi em métodos. Para as eternas questões de conceitos eternos (Poesia e Filosofia, a exemplo) só vejo vantagem que se retomem, mas se retomem com métodos avançados. A tais métodos costumam chamar Heurística, corpo vivo de hipóteses, primeiro round da pugna que irá, através da Metódica, até à Sistemática e desta à Didáctica, últimos termos da degradação, uma a jaula e outra o túmulo de todo o pensamento, como largamente mostram os filósofos sistemáticos de todas as longitudes. Logo, sobre a Poesia, mais prudente me parece enfiar um ramo de hipóteses (heurística) que não só estimulem a própria criação, mas constituam futuro campo de pesquisa aos metodólogos, sistematas e didactas do pensamento. António Areal, artista-deseñador que admitamos, não pertence com certeza a nenhum destes grupos de ruminação. Como artista criador ele tem de pertencer, no

ramo das ideias, ao grupo dos ensaístas ou inventores de hipóteses novas e métodos novos.

Repito, parece-me insustentável o pressuposto (pre-conceito) de António Areal: o da Poesia como conceito. Tão insustentável como a «análise e definição» do Pássaro — conceito, havendo a meter lá dentro existências tão dispares e disparatadas como os pássaros própria e imprópriamente ditos, aves de rapina e aves de capoeira, passarocas de estimação e passarões de luxo, passarões reais e passarões mitológicos (vidé Graal, frontão da capela), passando pela passarola do com-Padre Bartolomeu de Gusmão e pelos «pássaros metálicos» da navegação aérea, a vapor e a jacto, com foguetes ou a seco, e até pelo Archaeoptérix, fóssil muito famoso encontrado nos calcários litográficos da Baviera» (vidé qualquer Biologia em uso nos liceus), e que os paleontólogos ainda não decidiram se não de meter na família dos répteis se na das aves. Como pode alguém, pois, ir analisar o Pássaro como conceito? E a Poesia como conceito? E o Mundo e todas as coisas, visíveis e invisíveis, como conceito? Corre-se, quando muito, o risco de chegar a definições palisianas: Pássaro é tudo o que voa. Ou: Poesia é tudo o que é poético. Ou — menos entimemicamente — Poesia é criação. Como, aliás, António Areal viu num ensaio sobre Shelley — mas aí ensaio, ensaio crítico sobre o concreto —, como António Areal sabe e diz, deste jeito, à pág. 9 do presente opúsculo: «A velha citação do termo grego de que deriva a palavra «poesia» tem servido para proliferar uma convenção divulgadíssima e nociva acerca do Poético não literário. A Poesia, tem-se dito nessa orientação, é um produzir, é fazer, é criar. Isto não a define, aliás».

Poi não, não a define. E como defini-la, então? Com uma pergunta começamos e com outra vamos encontrar estas breves reflexões sobre um livro que bem as merece.

AFONSO CAUTELA

## "Formação de Professores"

de Delfim Santos

Num dos aspectos que mais preocupam os observadores conscientes, a crise educativa é a crise dos professores. Perante os métodos pedagógicos utilizados, de uma maneira geral, nas nossas escolas, liceus e universidades, é licito perguntar: «Estarão os professores portugueses à altura da transcendente missão humana que lhe incumbe»? Não pomos em dúvida a sua boa vontade, a sua honestidade e até o seu sacrifício. As lacunas verificadas não são porventura da sua responsabilidade pessoal. O certo é, porém, que apresentam uma formação pedagógica deficiente, porque na raiz da sua carreira de mestres faltaram os necessários alicerces. Partem assim todos os anos para a missão do ensino, para a missão de educar, de edificar humanos para a Pátria e para a Humanidade, centenas de jovens que não foram iniciados numa pedagogia actualizada, adequada às mais recentes aquisi-

ções desse ramo fundamental da educação e, por outro lado, harmonizado à caracterologia do homem português em todas as suas determinações concretas.

Este problema tem merecido a atenção de alguns dos sectores mais atentos da cultura portuguesa, e tem sido objecto da nossa particular atenção. Mas a própria Universidade, através de um dos seus focos mais saudáveis, embora minoritário, revela por vezes uma preocupação renovadora que, se ainda não deu os seus frutos, é já credora de estudos de alto nível. Especificamente, tem sido o prof. Delfim Santos, catedrático de Pedagogia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o arauto de um Instituto Superior de Educação, capaz de preencher a gravíssima lacuna da formação dos professores.

A ideia foi recebida com interesse pelo Ministério da Educação

Nacional, e espera-se com ansiedade que ela possa brevemente passar ao domínio do real.

Em separata da excelente revista «Palestras», editada pelo Liceu de Pedro Nunes, o prof. Delfim Santos acaba de publicar a sua conferência sobre «Formação de Professores», onde defende com vigor e clareza os seus pontos de vista. Destes, é possível talvez discordar no pormenor — mormente quando o autor tiver oportunidade de estabelecer mais rigorosamente o conteúdo da nova metodologia pedagógica — mas não podemos deixar de aplaudir, já a crítica certeira ao actual panorama educativo, já a argumentação desenvolvida no sentido da reforma idealizada.

Fala Delfim Santos desses «miúdos de rapazes e de raparigas que sofrem sem saber porquê, sem saber para quê, o ambiente de uma es-

(Continua na pág. 20)

ANTÓNIO QUADROS

# CUNHA SEIXAS

## e a filosofia portuguesa

A história da filosofia em Portugal, no século XIX, é constituída por uma série de tentativas culturais a que a obra de Sampaio Bruno põe termo, num julgamento penetrante, severo e definitivo. Ao enunciar, de maneira suficientemente clara, o problema da filosofia portuguesa, consegue o autor de *A Ideia de Deus* explicar também as várias e obscuras razões que necessitaram a falência dos esforços dos precursores.

Que aconteceu no decurso do século XIX?

A medida que ia sendo olvidada a tradição escolar das ordens religiosas, a relação com a teologia, — existente em todo o pensamento livre, mas evidente no pensamento filosófico, — deixou de ser considerada no ensino público; e os escritores leigos, que procuravam actualizar a cultura portuguesa pelo comércio com o estrangeiro, julgaram possível substituir o primado da teologia dogmática pelo da metafísica duvidosa ou da sociologia positiva; ora, seja por que for promovida, a eliminação da ideia de Deus equivale, efectivamente, ao desencontro com a verdade ou, na mesma, à desistência de filosofar.

Ficis à teologia católica permaneceram alguns pensadores portugueses que não deixaram obra filosófica digna de brilhar nas condições culturais do século passado; mais interessante é a série dos livre-pensadores que tentaram definir, em termos heterodoxos, as novas relações da filosofia com a teologia; de entre estes é justo destacar, pelo seu excepcional valor, José Maria da Cunha Seixas.

A obscuridade que envolveu, até há poucos anos, o nome deste indito pensador, está explicada pela paixão sectária dos positivistas, que o votaram a um desprezível esquecimento, e pela maledicência impiedosa dos literatos tristes que ridicularizaram os ensaios poéticos do filósofo extravagante. É certo que os escritos de José Maria da Cunha Seixas não primam pela austera beleza de estilo clássico nem pela eurtímia numerosa da frase opulenta, antes denotam a descuidada facilidade de quem exprime em termos ingénuos um pensamento sincero que radica em perturbada vida sentimental. Dotado de temperamento apostólico, missionário e místico, não seguiu as vias da investigação penetrante e da especulação profética, preferiu escrever em estilo de combate e propaganda. Mas o historiador da filosofia que proceder ao exame dos livros elaborados por Cunha Seixas encontrará com surpresa *uma obra*, notável pela quantidade e pela qualidade.

Verifica-se, pela análise dos seus escritos, que Cunha Seixas possuía perfeito conhecimento da história da filosofia. Das doutrinas dos pensadores mais célebres e das discussões sobre os problemas decisivos traçava o resumo em expressões demasiadamente concisas, mas sempre diversas das banalidades dos compêndios e harmonizadas com os últimos requintes da erudição. Hável e vigoroso argumentador, dispunha em boa ordem os elementos indispensáveis à refutação das doutrinas de que era adversário, conseguindo impor pela veemência do raciocínio as teses espiritualistas que outros não lograram defender, apesar de muita luxúria expressiva. Subordinou, enfim, todos os seus trabalhos filosóficos a uma intenção sistemática, que denominou *Pantiteísmo* (Tudo em Deus), o que já é significativo de atitude de boa tradição portuguesa.

Contemporâneo de Antero de Quental, Cunha Seixas desenvolveu na linha coerente dos seus vários livros um pensamento unitário que merece ser cotejado com as inquietas reflexões do autor das «Odes Modernas» e que excede, sem dúvida, a altitude dos trabalhos de Silvestre Pinheiro Ferreira, Amorim Viana e Ferreira Deusdado, que se encontram acima dos positivistas.

José Maria da Cunha Seixas nasceu em Trevões, a 26 de Março de 1836. A sua educação, especialmente na infância, foi profundamente religiosa. A mãe do filósofo, cuja piedade se desenvolvia especialmente pela leitura e pela meditação da História Sagrada, era senhora dotada daquelas excelsas virtudes que influem benéficamente no ambiente familiar; o pai, deseioso de aperfeiçoar a instrução dos seus filhos, procurara nas circunstâncias provincianas a colaboração dos professores mais competentes e tivera de recorrer necessariamente aos meios eclesiásticos. Assim se explica que, aos 14 anos de idade, José Maria da Cunha Seixas tomasse ordens menores e que, completos os preparatórios para o ingresso na Universidade de Coimbra, se inscrevesse como aluno eclesiástico na Faculdade de Teologia.

Ferreira Deusdado observa, a este propósito, que a tão religiosas circunstâncias educativas se devem atribuir as *tendências teistas* do filósofo, «sua persistente preocupação». A observação é pertinente, mas apenas confirma, com mais um caso, o que regularmente se encontra nas biografias dos filósofos medievais, modernos e contemporâneos. Na vocação filosófica está sempre presente uma determinante religiosa, como na conversão religiosa consiste a odisséia da maioria dos filósofos.

A filosofia aprendida, ou ensinada, sem vocação, nunca supera os resultados da técnica científica ou da crítica literária, e confessa o inevitável positivismo das escolas onde não existe a invocação ritual do nome de Deus.

Não foi, porém, da nobre Faculdade de Teologia que Cunha Seixas recebeu os graus universitários. Embora faltem notas biográficas sobre os motivos que levaram o estudante a inscrever-se na Faculdade de Direito, onde foi aluno distinto, parece lícito admitir, entre os principais, o enfraquecimento da fé cristã e a indisciplina perante a Igreja Católica. Na Faculdade de Direito exerciam então notável influência os professores Vicente Ferrer e Rodrigues de Brito que, pelo seu ensino, propagavam o sistema filosófico de Krause; Cunha Seixas, que estudou os krausistas belgas e espanhóis, e que utilizou citas de Ahrens e Tiberghien em vários trabalhos, pensou o seu *pantiteísmo* em oposição ao *panenteísmo* de Krause; mas o misticismo adquirido na adolescência perdura, transformado, na metafísica do pensador adulto. Ao concluir a sua formatura em direito, a 27 de Julho de 1864, Cunha Seixas estava já, de acordo com as ideias do seu tempo, apto a defender a atitude civilista, a que permaneceu fiel durante a vida inteira.

Habilitado com o diploma universitário, Cunha Seixas seguiu para Lisboa na intenção de exer-

Por  
ÁLVARO RIBEIRO

cer as três profissões liberais que floresciam na sociedade caracteristicamente burguesa: a advocacia, o jornalismo e o ensino particular.

O constitucionalismo abriu aos oradores e aos escritores indefinidas possibilidades de projecção política, que se tornavam realidades na governação e na administração públicas, excepto quando o poder militar, nas suas frequentes interrupções da ordem estabelecida, distribuía de novo modo as pastas dos ministérios. A feliz improvisação do discurso oral ou escrito, especialmente quando revelasse mediana cultura francesa, haveria de ter a máxima probabilidade de êxito numa época em que ainda não eram exigidas rigorosas condições de tecnicidade nos serviços públicos e em que não vigorava um critério objectivo para a designação dos melhores estadistas e para a formação do escol. Facilmente se compreende, pois, que, no constitucionalismo, a escolha de deputados, pares e ministros, estivesse condicionada pelo comportamento crítico dos oradores e dos escritores. A literatura influenciando na sociedade, e adquirindo prestígio na sociedade, dominou a cultura portuguesa durante o século XIX.

Cunha Seixas era dotado de elocução fácil, fluente e persuasiva; redigia com habilidade jurídica os documentos exigidos pela prática forense; mas tinha íntima repugnância pela morosa burocracia dos tribunais. O ministério advocacal era-lhe por isso desgostoso e torturante. Assim, no artigo biográfico que o *Diário Ilustrado* publicou, diz-se que Cunha Seixas: «Em 1879 sofreu pela sua boa-fé um enorme desgosto na sua vida de advogado que por perto de um ano abandonou, até que, animado pelos seus amigos e instado por muitos dos seus constituintes, voltou a exercer a profissão».

É próprio do filósofo considerar a advocacia dentro da sua missão providencial que assenta numa ética de infinita piedade humana. Aos santos chama o povo advogados, quando os invoca nas suas orações. A simples defesa dos direitos adquiridos, pelo recurso aos tribunais, é já uma advocacia de ordem inferior que terá de exercer-se por método dialéctico, incompatível, portanto, com o espírito filosófico. Deixando de se apoiar num elemento que transcende a lei, a advocacia dialéctica não é mais do que astuciosa manifestação daquele espírito saturnino que devora as crenças e, com elas, as instituições. A advocacia só é livre na medida em que pode suplicar a entidade que se encontra acima do direito e que, por isso, contacta já com o plano divino.

Civilista, José Maria da Cunha Seixas não confiava na tradição do direito divino dos reis, mas nada esperava também do providencialismo das revoluções. Admirador do Marquês de Pombal, que considerava precursor da Revolução Francesa, propugnou pela extensiva realização das ideias igualitárias dentro da legalidade estabelecida pelo constitucionalis-

mo liberal. Cunha Seixas é, efectivamente, um dos representantes daquela decadência do pensamento monarquista que, forçada pelo positivismo, se acentua no reinado de D. Luís e termina pela admissão da experiência republicana. Neste ponto aparece bem nítido que o erro da indecisão metafísica de Cunha Seixas consistiu em não ver que a política progressista, dissolvendo levemente o vínculo português entre a Igreja e o Estado, incorria no perigo de descer a escala que vai da teologia para a sociologia. O mesmo perigo foi visto, com máxima lucidez, pelos raros doutrinadores republicanos que não perfilharam o positivismo. Eis o que confere excepcional superioridade à crítica de Sampaio Bruno.

Cunha Seixas militou em alguns dos partidos políticos e da sua abnegação foi recompensado com o desengano, tal como aconteceria a outros filósofos portugueses. É que o filósofo, qualquer que seja a sua relação com a política nacional, não pode permanecer subordinado à limitada orientação de qualquer partido. Educador de políticos, mais do que de político, o filósofo procede segundo uma visão futurista, pelo que virtualmente se antecipa a toda a actividade social. Compreende-se, portanto, que os homens de vontade e acção, dirigentes empíricos das organizações partidárias, releguem para um plano minorativo a colaboração dos filósofos que lhes pode ser útil num período de doutrina e de propaganda, mas que lhes será incómoda, e nociva logo que ascendam à plenitude de governação. No ano de 1880, o partido progressista, em que Cunha Seixas se encontrava filiado, subiu ao poder. Surgira, portanto, a oportunidade de os governantes convidarem o seu compartidário de excepcional valor a prestar à Nação muito úteis serviços, entre os quais estaria, sem dúvida, incluída a reforma do Curso Superior de Letras nos termos preconizados pelo filósofo na *Galeria de Ciências Contemporâneas*. Mas Cunha Seixas, em vez de se manter na expectativa, não resistiu aos ímpetos dominantes do seu temperamento e apressou-se a escrever no *Diário do Comércio* uma série de artigos pela qual exigia o cumprimento do programa político e combatia todos os desvios da directriz ministerial. A independência da sua crítica não era compatível com a disciplina partidária. Em breve prazo reconheceu não serem os caminhos da política militante os mais próprios para quem se propõe, acima de tudo, defender a Verdade, a Beleza e a Bondade, afirmar o primado da vida espiritual.

A filosofia não se prolonga em política, mas perpetua-se pela actividade docente. Toda a influência da filosofia na sociedade se exerce por intermédio da escola. Noutras modalidades de cultura, poderá ser diferente o critério apreciativo; na tradição filosófica, porém, mais importante é a relação do mestre com os discípulos do que a do escritor com o público. A arte da filosofia depende da vida da oração. Os escritos podem autenticar o valor de uma personalidade, mas não provam, por isso, que o seu autor haja cumprido a missão filosófica: transmitir a vida

do pensamento próprio, iluminado por graça divina, a outros homens que de tão sublime revelação se testemunham agradecidos.

Não sabemos se Cunha Seixas exerceu o ensino naquelas escolas livres de tipo socrático a que hoje damos a designação de *tertúlias*; sabemos que praticou o ensino particular em alguns colégios de Lisboa, e que escreveu também dois compêndios para uso das escolas liceais e comerciais. Foi-lhe vedado, todavia, ascender ao magistério universitário, onde desejaria formar discípulos, e não pôde, portanto, conferir ao *pantiteísmo* as condições indispensáveis para uma difusão benéfica na sociedade portuguesa.

Não pode ser omitido, na biografia de Cunha Seixas, o episódio do concurso para professor da Cadeira de História universal e pátria no Curso Superior de Letras. Não pode ser omitido, porque determina e explica, em grande parte, a obstinação da polémica de Cunha Seixas contra o positivismo dominante. Mas, além disso, o episódio é significativo porque inaugura uma atitude a que o Curso Superior de Letras permanecerá fiel, e que constituirá depois uma tradição respeitada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Toda a escola superior deve ser ciosa da unidade nas doutrinas que professa e propaga, pelo que se compreende que evite recrutar novos membros do seu corpo docente entre as personalidades que se manifestem discordes da ortodoxia estabelecida; a dificuldade consiste, porém, em conciliar a fidelidade à tradição venerada com a admissão dos heterodoxos, consentida pelo liberal regime dos concursos públicos.

A narrativa do concurso de 1878-79 encontra-se resumida no capítulo IV de um livro que, por ser muito útil para o estudo do positivismo em Portugal, nos parece digno de menção. Referimo-nos à dissertação do Sr. Dr. Manuel Busquets de Aguilar, intitulada *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*.

O concurso foi aberto em consequência do falecimento do professor Augusto Seromenho, colaborador das «Conferências do Casino» e paleógrafo ilustre.

Sabendo-se que Teófilo Braga exercia o magistério positivista desde 1872, compreende-se facilmente o interesse do Curso Superior de Letras em não deixar *sentar* na cadeira vaga um homem que contradissem as doutrinas de Augusto Comte.

Diz o Sr. Dr. Manuel Busquets de Aguilar que se apresentaram como candidatos, Alberto Augusto de Almeida Pimentel, José Maria da Cunha Seixas, Manuel de Arriaga Brun da Silveira, e Zófimo José Consiglieri Pedrosa Gomes da Silva. Alberto Pimentel desistiu do concurso, os três candidatos que prestaram provas foram aprovados por unanimidade, mas a escolha recaiu logicamente no positivista Consiglieri Pedrosa que havia sido aluno da escola.

«Com data de 17 de Janeiro desse ano — informa-nos o autor citado —, fez Cunha Seixas um enérgico protesto contra a decisão do júri, e dirigindo graves censuras a Teófilo Braga, que acusou de falta de imparcialidade, no que devia ter tido razão, dadas as di-







dos factores perturbadores no movimento antropológico? Quanto a nós, à falta de contacto, de diálogo, de real comunicação entre o movimento da pátria e o movimento da religião ou, derivada e empobrecidamente, entre o movimento do estado e o movimento do culto. Com efeito, a religião organizada procede muitas vezes como se ignorasse a especificidade espiritual da pátria onde está.

No caso da religião cristã, é de assinalar que, se Cristo afirmou a fraternidade, nunca afirmou a igualdade. Disse que todos os homens são irmãos, mas não que os homens são iguais ou que os povos são iguais.

Um culto igual para povos diferentes, pode ter como nefasta consequência o abandono da religião, por parte de homens que não se sentem compreendidos em seu movimento íntimo e civilizacional ou que não compreendem a relação com a transcendente, tal como a apresenta o culto. A conservação de uma língua morta como língua sagrada — o latim —, o positivismo de uma religião histórica que não se actualiza para com o tempo e o espaço das diversas culturas, o excessivo cristologismo de um Deus que, sendo da Trindade, não deveria ser esquecido no que a terceira pessoa representa para o que poderia ser um culto sempre vivo e sempre inspirado pelo Espírito Santo, enfim, a excessiva presença de uma vontade de paradigma estatal ou estático, por parte das instituições e homens que receberam a incumbência de mediadores entre a religião e os povos e, em vez de propiciarem em cada homem um criador de religião, preferem vê-lo como servo ou servita das verdades de que são exclusivos senhores — todos estes factores são susceptíveis de repelir os homens que não se resignam a um papel passivo e, mesmo sem ter lido o evangelho de S. João, guardam no fundo da alma o ressentimento pela vocação desprezada. O problema da irreligão é sem dúvida um problema de positivismo, mas é preciso reconhecer que o positivismo invadiu o culto. Por isso o culto é impotente para combater aquilo que secretamente alberga.

Estas são as palavras de um leigo, mas de um leigo interessado e atento. Com demasiada facilidade, se tem querido arrastar toda a crítica para o campo da heresia. É esse um dos factores da irreligão: partindo do pecado da vontade, que é o orgulho, anula a substancial e verbal colaboração dos que, sinceramente, se prestariam a contribuir para o movimento do culto.

### 3 — Moral

Ao problema do culto, está indissolúvelmente ligado o problema da moral. Entre a moral e a ética existe um fosso tão largo e tão profundo, que por vezes dir-se-ia não provirem da mesma fonte. A palavra continua na verdade a obedecer mais à etimologia do que a qualquer fonte superior que a queira resgatar. A moral, tal como hoje se concebe, não passa de uma expressão dos costumes e estes, por sua vez, obedecem apenas às leis do egoísmo. O movimento da ética seria possível desde que, desdobrando-se como fruto do autêntico movimento do homem, como espiritual, como patriota, como religioso, se lhe adequasse nesta tripla e hierárquica axiologia. Desenvolver-se-ia então, e sofreria a alteração que os tempos exigissem, uma ética capaz de exprimir a lealdade do homem para consigo mesmo, para a máxima expansão das suas capacidades físicas, psíquicas e espirituais; a lealdade do homem para

com a sua pátria, para a realização missional da sua específica tendência; e a lealdade do homem para com um Deus, cuja verdade não é um facto, não está feita, mas necessita a constante contribuição compreensiva e agente de todos e de cada um.

Ao invés, a moral é apenas aquilo que o homem mais facilmente cede do seu egoísmo e mais facilmente esconde dos outros homens. No plano religioso, a moral torna-se uma moral para o culto, mais do que uma moral para a vida e o confessor, o apologeta, por vezes até o teólogo, longe de atribuir igual relevância aos 10 mandamentos, aos 7 pecados mortais ou às 3 virtudes teológicas, pratica uma escola e estabelece uma hierarquia que de modo algum correspondem a uma ética superior à vontade do poder. No esquecimento do que parece acessório, na hiper-valorização do que parece essencial e até único, como a disciplina, a pureza dos instintos ou a fé, se perde frequentemente todo o sentido de uma ética capaz de assegurar um movimento autêntico. Imbuídos de complexos de frustração, muitos homens e muitas mulheres acabam por se resignar a uma situação de menores, onde apenas lhes resta a consciência infantil da irresponsabilidade. Assim as crianças, não pensando, abandonam toda a responsabilidade aos parentes ou aos pais.

## V — O movimento da política

### I — Partido

Se o Estado é já, quando degradado, algo de fracturado, de partido, em relação à pátria que diz assumir, o problema mais se agrava ainda com a política, ou seja com a luta entre os homens pelo poder. Quem deverá, com efeito, governar o Estado? Que homens e que ideias deverão influir na orgânica estatal? Numa política concebida como opinião, ou seja, um derivativo da vontade menos, muito menos do que um derivativo da ciência, surgiu a ideia do partido. Temos que a palavra foi feliz na sua escolha e efectivamente significa a realidade. Nos sistemas conhecidos de partido: multiplicidade de partidos, trilogia rotativista de partidos ou partido único — sempre a etimologia está certa. Não é a pátria global, não é o estado global, sintetizado embora orgânicamente, que se auto-governam, mas sim uma parte, um partido, um fragmento, que pretende impor a sua vontade à totalidade, à globalidade dos homens que formam um povo. Tudo parece, portanto, entregue ao acaso: e, mesmo que um partido pudesse representar a ciência, a sabedoria, a filosofia, inevitavelmente se deveria suscitar às flutuações da vontade e da opinião, seja no exercício do voto, seja no voto do exército.

As alianças preconizadas, como as alianças de partidos nos governos, oferecem numerosos inconvenientes, o primeiro dos quais é a política das concessões mútuas, das acomodações, dos ajustamentos, que acabam por criar apenas meias medidas, ineficazes e superficiais.

Um país governado pela sabedoria, deveria em princípio dispensar o intermediário fragmentado que é o partido — mas o caminho da sabedoria política tem sido tão longo, tumultuário e sangrento, que parece difícil encontrar a conciliação desejada. A realização da Res Pública foi entre nós contaminada quase desde o início quando, deixando de ouvir os homens da Renascença Portuguesa, os políticos deixaram de

subordinar o Bem Público à Verdade Pública, assumida pelos sábios, filósofos, artistas e poetas. Este exemplo, tirado da nossa história ainda próxima, poderá conduzir um pensamento político que, sem menosprezar a contingência actual e a — científica do partido, seja no futuro capaz de deduzir o actuar político, da verdade em suas primárias exigências. Só no movimento da filosofia para a educação e desta para a política ou, em termos mais concretos, da antropologia portuguesa para o ensino português e deste para uma governação portuguesa, reside a fonte criadora capaz de unir todos os portugueses numa causa comum, na prossecução de superiores fins espirituais, numa missão histórica ao nível do que foi a missão histórica dos Descobrimentos.

Quando a Política for Ciência, sem dúvida algo restará do partido, porque os homens não são anjos, e a vontade individual tende a relacionar-se com a vontade do grupo. Uma hierarquia derivada da Verdade será capaz de assegurar, no entanto, a fraternidade das vontades opostas, o respeito por diferentes interpretações de uma mesma tradição. O importante é que, com estes ou aqueles homens, estas ou aquelas instituições, estes ou aqueles partidos, uma tradição se mantenha em movimento, trazendo do passado para o futuro, a luz da verdade em expansão.

### 2 — Direito

Em sua insegurança, o partido produz o direito. Não nos iludamos: é sempre política, a verdadeira fonte de direito. A prova disso está em que as leis nascem e morrem, se formam e se reformam, ao sabor das flutuações das políticas, dos governos e dos partidos. Nestas condições, escusado será acrescentar que o direito não pode assegurar o movimento. A lei vital é curvilínea, espiralada ou armilar, isto é, barrôca: a linha directa do direito não a representa porque a atraiçoa. Leis, regulamentos, artigos, cláusulas, tudo se ordena segundo a vontade e a ideia da parte, partido ou fragmento que no momento em questão tem as rédeas do poder. Tudo isso fica escrito e fixado em tábuas que os juizes e os advogados aprendem de cor, e que sujeitam os homens, como espartilhos inadequados. No direito, o homem perde a sua individualidade e até a sua pátria e a sua religião. Perde sobretudo a sua alma e o seu espírito, porque o corpo pode obedecer, enquanto a alma se resigna ou se revolta e o espírito adormece ou se aniquila. Para o direito, eu não sou eu, mas sim uma entidade numérica e abstracta, que não é atendida em seu específico movimento. O gigantismo do direito no nosso tempo acaba por anular todos os particularismos, o da pátria, o da província, o da cidade, o da família, o da vocação, o do sexo e o do indivíduo. Querendo legislar para a generalidade acaba por não legislar para o homem, mas para uma ficção do homem, para um ente inexistente. Traduzindo a vontade do poder, interessa mais ao direito estatuir proibições mesmo que, em sua generalização, aniquilem virtualidades interiores do homem criado, do que representar a verdade em todos os seus graus antropológicos. Para manter o estado e o partido, o direito torna-se uma sobreposição do passado sobre o presente e do exterior sobre o interior. É tão mínima a margem de movimento no direito, que apenas o esclarecimento ou a astúcia individual de certos juizes e advogados benévolo, consegue assegurar a realização da justiça.

### 3 — Burocracia

Além do partido e do direito, o Estado precisa de funcionários que, cumprindo as tarefas necessárias à aplicação da sua vontade, assegurem um ininterrupto exercício do poder. Este exercício, como acentuou Francisco Sotomayor em artigo recente, pertence à nobreza e pertence hoje à burocracia. Com o avançar deste século, a máquina burocrática tomou tais proporções, que o seu peso no orçamento do Estado só iguala o seu peso sobre o espírito do homem apanhado na engrenagem.

Máquina, engrenagem... Com efeito, a burocracia é maquinadora e, logo, desumanizadora: o homem é nela comparado com a roda dentada de qualquer aparelho de aço e exige-se-lhe que funcione com idêntica perfeição. Pontualidade, assiduidade e eficiência, são as qualidades pedidas ao burocrata porque são as qualidades pedidas à máquina. Escusado será acrescentar, porque é do domínio comum, que esta nova máquina, tecida da carne humana e de ilusões desfeitas, apenas dá a aparência do movimento. Ninguém tem espírito de iniciativa e todos vivem a transferir as suas responsabilidades uns para os outros. Logo que o relógio do ponto recebe a primeira vassalagem dos seus servidores, são seis ou sete horas em que os officios circulam de umas repartições para as outras, em que sobre informações antigas se fazem novas informações, em que constantes despachos se vão amontoando uns sobre os outros, em que ordens e contra-ordens são expedidas para o exterior, em que os processos se vão avolumando, tomando peso, importância e tempo. Tudo se faz sobre secretárias pedradas de papéis, no medo das decisões inopertunas e no successivo temor do funcionário mais graduado. Este falso movimento, onde apenas se realizam hierarquias e disciplinas, raro tem real repercussão sobre a vida, sobre os homens, sobre a sua esperança, a sua angústia, a sua individualidade criadora ou sofredora. Quando há progresso, pode dizer-se que é apesar da burocracia, porque um homem inteligente, um funcionário invulgar, foi ocasionalmente capaz de vencer todas as dificuldades e transcender a mecanização em que inicialmente o colocaram. Mesmo assim, o esforço deste homem fora da série logo se perde — considerado como um ser sem sexo e sem família no vencimento individual que afeite, olhado com suspeita e despeito pelos colegas e superiores, ultrapassado por funcionários medíocres, mas com maior grau de subserviência burocrática, esgotado por uma luta de todos contra a sua inspiração, a sua imaginação, o seu génio de personalidade autêntica, não tardará em desistir, alinhando com a inferioridade geral e buscando fora da burocracia uma compensação para o seu espírito movente ou então em abandonar essa carreira, se outra oportunidade lhe surgir.

O movimento na burocracia é o movimento dos esquemas mecânicos. Repete-se indefinidamente e produz sempre a mesma manufatura: processos pendentes e homens vencidos.

## VI — O movimento da revolta

### 1 — Revolução

A revolta parece ser um dos dados mais autênticos e indubitáveis da nossa época. Razão teve Albert Camus em dedicar-lhe um

livro notável, que os vindouros porventura lerão com desgosto e espanto.

Trataremos sobretudo aqui da revolta como um sentimento que veio habitar nas almas e se manifesta de mil formas diferentes. Não nos referimos à revolta extrema dos terroristas, mas principalmente a essa revolta íntima e encoberta, que mascaramos com um sorriso social ou com a agitação da nossa vida de superfície.

Dessa revolta ou dessa angústia — como preferem chamar-lhe os alemães — sabem sobretudo os psicanalistas e aqueles sociólogos que não perderam o sentido da antropologia profunda. É a revolta que explode na neofastentia, no alcoolismo e na esquizofrenia. É a revolta que se exprime muitas vezes apenas nos ombros caídos dos desistentes e já só produz o eco de um grito de terror, nas discussões familiares em que marido e mulher expandem um sobre o outro, como bestas inimigas, o furor das suas vocações frustradas. É a revolta que produz a maldade, a maldade que os homens constantemente fazem uns aos outros, as pequenas vinganças, os pequenos sadismos, as pequenas proibições, as pequenas exigências, as pequenas tiranias, as pequenas vitórias — mas sempre o grande mal, que impede os homens de realizar um destino superior ao charco dos egoísmos particulares.

Qual a raiz desta revolta?

Quem nos acompanhou até aqui, sabe bem a resposta: é o pecado contra o movimento.

O homem fez-se para o movimento, o homem é movimento e, como disse Bergson, o movimento é a própria realidade. Mas, inserido que está em elementos anímicos, educativos, civilizacionais, pragmáticos e políticos que, conforme vimos, em vez de propiciar, paralizam o movimento, o homem revolta-se em todos os planos em que a revolta é possível. A revolta é pois um protesto contra o estático e um manifesto do movimento.

Culturalmente, a revolta tem três interpretações fundamentais. Chamamos-lhe a revolução, a evolução e a evolução.

Na revolução, os homens pretendem transformar imediatamente um presente inaceitável, num futuro idealizado. Insistimos no carácter da transformação imediata, pois faz parte integrante do conceito de revolução. Através de um golpe de estado, que pode ou não pode ter consequências sangrentas, subverte-se violentamente toda uma estrutura: substituem-se os homens, as instituições e as leis. Instaura-se um esquema de pensamento, longamente meditado em vigílias e assembleias. O sonho de todo o revolucionário é, num ápice, trazer o futuro ao presente e anular a dimensão do sonho e da esperança.

Julgamos que esta revolução muito dificilmente pode realizar o movimento, porque há um grande erro lógico no seu próprio conceito. Processando-se em termos de utopia, não atende à realidade movente e apenas substitui um Estado por outro Estado, um estático por outro estático, um Direito por outro Direito. Movimento não é dar uma cambalhota e ficar na posição de pino; movimento é andar, passo sobre passo, seguramente, contornando os obstáculos, tendo em vista uma meta, mas aproximando-a pelo melhor caminho. O revolucionário construiu no seu espírito toda a teoria da sociedade futura ou leu-a numa qualquer cartilha, elaborada noutro tempo e noutro espaço, e julga que a realidade do homem cabe nos limites do seu intelecto, da sua concepção ou do ideário abstracto aprendido de cor. Assim pensando, faz a revolução, mas ela fica



# O Culto do Espírito Santo

Continuação da pág. 6

É com S. Francisco de Assis que o homem se aproxima, ao mesmo tempo, da divindade e da natureza. O franciscanismo, mais do que uma ordem religiosa, no sentido vulgar do termo, é uma ampla e bela fraternidade; atente-se neste carácter que distinguia a nova ordem: a exclusão da vida claustral.

«Até ao advento de São Francisco, a terra para os crentes era apenas um lugar de passagem e de expiação; e o ideal religioso — o isolamento, a inércia contemplativa e a abstenção ascética». Tudo era inibição.

A «fé nova» — em que Joaquim de Flora dividia o mundo em três idades — se opuseram os que, na fidelidade à cruz negra, negavam a luz. Mas Portugal abriu a porta e o coração aos «irmãos espirituais», que proclamavam estar próximo o advento da última das três idades: a do Espírito Santo, cujo culto contemplativo é celebrado pela classe sacerdotal da Igreja Romana no quinquagésimo dia depois da Páscoa, quando os judeus comemoram o Pentecostes — lembrança da Lei dada por Deus a Moisés no monte Sinai.

Portugal foi o único povo onde na mesma celebração se uniram, fundindo-se, dois cultos: o contemplativo e o profano, pela sagração dos instintos naturais, pela «exaltação do humano», pela comunicação amorosa com Deus. Tal celebração, não é possível dissociá-la do sentido laico da cultura portuguesa tradicional, e não participa da comum distinção entre *espiritual* e *temporal*: não há «domínios», há unidade — unidade em Deus pelo amor à mulher: É próprio do amor mover e impelir a vontade do amante para o amado. Quanto à *santidade*, ela se atribui às coisas ordenadas para Deus. («Est autem proprium amoris quod moveat et impellat voluntatem amantis in amatum. Sanctitas vero illis rebus attribuitur quae in Deum ordinantur» — S. Tomaz; «S. Theol.» — q. XXXVI, a 1.ª).

É no «Amadis» que encontramos a «cregra» de superação humana, que D. Diniz vai sagrar no culto do Espírito Santo. Oriana, a bela, entrega-se a Amadis, o cavaleiro excelente; como única condição, a pureza da vontade do amante perante Deus: «E vós fazeis com que, embora pareça erro e pecado ao mundo, o não seja perante Deus». Nesta sagração livre de amor, está o anúncio duma verdade, que, apaixonando homens como Cervantes e Goethe, santos como S. Teresa e S. Inácio, foi combatida por Luis Vives, Possevino, ou Justus Lipsius.

As cruzes negra e branca continuavam erguidas, defrontando-se. Uma nova cruz, porém, ia surgir.

Foi D. Diniz — dizem que inspirado por Isabel, rainha e depois santa, mas antes sua mulher — o instituidor da celebração comum para os duplos cultos, ao fazer coroar e sagrar — junto ao altar dum templo franciscano — o «Imperador do Espírito Santo», criando o «Império». Ao fazê-lo, Diniz (cujo nome de *Dionisos* deriva...) sagrou no território antedivulgado de *Ophiusa* um antigo culto pagão, cujos símbolos, o touro e a serpente, com o mesmo culto se propagaram até ao Oriente. E na nova cruz, «de Cristo» chamada, cuja ordem ergueu sobre os fundos alicerces da «do Templo», mostrou (na oculta linguagem do símbolo) o «caçamento» do branco com o vermelho,

do espírito com a carne, da divindade com a humanidade; o espírito a inserir-se na carne, a carne a assumir (1) o espírito, a *redenção*.

Não mais o homem só, pela renúncia ao mundo buscando a salvação. Nem «inércia contemplativa», nem «abstenção ascética». A fraternidade com a natureza, o amor — superação de dois egoísmos — caminho de redenção; a união (alegria) a substituir a separação (dor), por intermédio da graça. Abandonando o frio do claustro, a solidão de cela, a abstenção ascética, o homem (humus, barro), vem procurar no amor da mulher, à luz do sol, no fraterno e doce convívio com a natureza, não só a sua remissão e caminho para Deus, mas, ao mesmo tempo, no mesmo amor, a de tudo quanto o circunda e onde age — renegando assim os «jansenistas», os quais apelariam de «pelagianos» todos os que descobrissem algum bem na «natureza pecadora».

Inconsciente e ignorante da virtude da graça, o homem buscava por erro do caminho a alegria e a paz. Apartava-se da natureza, e renunciava à sua própria; e apesar de St.º Ireneu, bispo de Leão, haver sustentado sabiamente: «a matéria é susceptível de salvação» o mundo e a carne eram o Diabo, e Deus só se alcançava pelo aniquilamento.

Demoníacos eram todos os ritos naturais; daí a renúncia ao amor sexual, pela «transfêrência» para desumanas e místicas uniões.

Quão longe das palavras de St.º Agostinho: «nova perfeição consiste, não em dar a Deus, mas em receber de Deus!»

Contudo, o absurdo caminho de pretensa salvação foi propagado e defendido — algumas vezes com fogo e guerra — como único e verdadeiro caminho. E o Inferno era o lugar horrível onde, em sulfúreas chamas, se aqueciam negros caldeiros: neles haveriam de consumir-se os corpos e as almas daqueles que ousassem crer o que, verdade de sempre, Leonardo Coimbra assim definiu: «a carne está ao pé do espírito».

Exaltando o humano, D. Diniz sagrou a  *síntese*: — união dos irmãos de Cristo e dos filhos de Lúcifer. (Talvez por isso Teixeira de Pascoais pudesse dizer: «Deus e o Demónio são incompatíveis em toda a parte, menos em Portugal»). Era a remissão da carne pelo amor, num «mundo encantador e singular, onde Deus e a Virgem, o diabo, os santos e os maus vivem em curiosa familiaridade, onde o céu e a terra suprimiram, por assim dizer, as distâncias», usando as palavras de André Baudrillard, na sua crítica à «Lenda dourada».

Tal «mundo encantador», tinha por complemento a *fidelidade* — fidelidade de coração à mulher, na qual se consubstanciavam a própria Pátria e o próprio Deus.

O «Império» criado por D. Diniz, foi o da fraternidade cristã, o da liberdade do amor, o da igualdade perante Deus — advento na terra da «terceira idade».

«Devoção máxima do povo português durante os séculos XIV, XV e XVI (a festa do «Império»), constitui o prólogo religioso, mas herético, dos Descobrimentos».

«Aparelhadas», vão fazer-se ao mar as caravelas...

Baco tremie no Olimpo; contraria

(2) Um dos títulos de Nossa Senhora, é o de «Assumpção» — termo que teologicamente exprime o acto pelo qual a divindade une a si a natureza humana.

# Cunha Seixas e a Filosofia Portuguesa

Continuação da pág. 15

obedecia ao lutar contra o positivismo. Não soube ler a obra de Teófilo Braga, não descobriu a influência que no pensamento português havia exercido a prosa de Dante.

Dentro da Escolástica foram dadas soluções várias ao problema das relações da teologia com a filosofia (1). Fora da Escolástica, o livre-pensamento encontraria para o mesmo problema novas e diferentes soluções. E se, na segunda metade do século XIX, houve quem visse no livre-pensamento uma atitude compatível com o ateísmo, deve-se o facto a uma lamentável decadência da cultura portuguesa. Os problemas do Curso Superior de Letras, professores portugueses de filosofia estrangeira, orientaram a política nacional para a República Positivista.

Todas as tentativas agnósticas, Edmundo Husserl, para construir uma filosofia *estrictamente científica* equivalem a revoltas contra a tradição e permitem a aceitação do ateísmo; mas essas tentativas assentam exactamente na limita-

(1) Sobre a Escolástica ler o Capítulo II do *Esboço histórico-literário da Faculdade de Teologia* pelo Dr. Manuel Eduardo da Mota Veiga.

Júpiter; defende-nos «Venus bela, afeiçoada à gente Lusitana» (Lus. - I, 33).

Entre «gente remota», Portugal vai edificar «novo reino», dilatando a «promessa»; Terra e mares foram «abraçados» pelas lusitanas caravelas — novas e esperançosas aves, correndo sobre o espelho do céu. E o «Admator» (singular o seu epónimo!), foi vencido pelo crer — e não pelo querer — dum povo que, conhecendo a verdade, não temeu o «mostrogo» — «de disforme e grandíssima estatura».

Sal, algas, maresias, corais, envolviam os mensageiros do Infante — caraveleiros esforçados, enquanto na Europa os homens góticos procuravam alcançar o céu com as agulhas de pedra das suas altas e frias catedrais...

Na cruz branca e rubra das velas (o fogo da carne e a luz do espírito), ia o anúncio da «nova idade».

Imensa e extraordinária sabedoria a daqueles Reis e Príncipes — de D. Diniz a D. Manuel (início e fim do ciclo) — que, olhando os mundos infernos, renegam a crença da terra como lugar de expiação, afirmam a sua fé na bondade da Natureza, proclamam a santidade do amor humano, e à terra inteira, de canto a canto do orbe, gritam esta verdade: *a promessa da redenção é total!*

«Foi levados por esse mesmo e livre impulso, que os portugueses, partindo ídolos, mas ardendo nas chamas do Espírito sagrado, embarcaram para iniciar a maior façanha dos povos do Ocidente: o descobrimento do Mundo e a unificação da Humanidade!»

Depois... vem D. João III, E nasce o mito do «Encoberto».

RAFAEL MONTEIRO

ção negativa da liberdade de pensar. O ateu não é um livre-pensador, porque o pensamento, (desde que a esta palavra se atribua o significado filosófico, em vez da definição vulgar que pode ser registada por qualquer dicionarista) não subsiste fora da misteriosa relação da consciência humana com a realidade divina.

Cunha Seixas interpretava essa infável relação em termos de misticidade, conforme se depreende da designação geral de *Pantiteísmo*. Sem aprofundar o estudo das teorias do mal e do erro, e, com elas, a do destino humano, procurou difundir as parcelas de verdade e de bem que ia adquirindo pelo digno esforço da leitura e da meditação. Nunca esqueceu, porém, que a filosofia tem de estar de algum modo relacionada com a teologia, e tanto basta para que o seu nome seja digno de figurar na história da filosofia portuguesa.

Ensinar-lhe os pensadores alemães que o problema das relações do finito com o infinito assume a mais alta importância no domínio da filosofia. O vulgo considera o infinito apenas no espaço ou no tempo, sem suspeitar que a crítica brevemente desfaz tão rudes ilusões; o filósofo, reconhe-

cendo os limites das condições terrestres, procura o infinito criador nos mundos supernos ou infernos; assim, na filosofia o infinito aparece como atributo de Deus, dando motivo à formação de uma teologia, ou permanece insito no poder inconsciente que constrói e destrói as coisas finitas, e que, de sistema para sistema, pode adquirir diversa denominação.

É inegável que a tradição portuguesa, pela sua oposição ao dogma da imutabilidade das leis naturais, consiste na mais autêntica fidelidade à atitude de considerar o verdadeiro infinito em Deus.

Deixando atrás de si a cultura mediterrânea, que ainda não possuía o autêntico conceito de infinito, e abrindo para além do Atlântico horizontes ainda não ultrapassados pelo pensamento europeu, a filosofia portuguesa, foi pouco a pouco tomando consciência da sua originalidade. No *pantiteísmo* de Cunha Seixas, no *mesianismo* de Sampaio Bruno, no *creacionismo* de Leonardo Coimbra encontram-se os elementos que permitem habilitar a filosofia portuguesa a exercer a missão que porventura lhe esteja destinada. Queiram agora as novas gerações reconhecer o primado da filosofia sobre a política, para que se possa, enfim, realizar tão admirável prodígio!...

ÁLVARO RIBEIRO



# COMPANHIA UNIÃO FABRIL

A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL  
E COMERCIAL DA PENÍNSULA

- SUPERFOSFATOS
- ADUBOS
- SULFATO DE COBRE
- ENXOFRES
- BAGAÇO PARA ALIMENTAÇÃO DE GADOS
- INSECTICIDAS
- SABÕES
- ÁCIDOS
- VELAS
- GLICERINAS
- ÓLEOS INDUSTRIAIS
- ÓLEOS COMESTÍVEIS
- AZEITES
- FIOS, TECIDOS E SACOS DE JUTA
- FIOS E CORDAS DE SISAL
- CARPETES E PASSADEIRAS
- CAPACHOS DO CAIRO
- LONAS DE ALGODÃO
- METALURGIA DO FERRO E AÇO
- METALURGIA DO OURO E DA PRATA

LISBOA  
RUA DO COMÉRCIO, 49

PORTO  
R. SÁ DA BANDEIRA, 82

para uma barba perfeita

Dual

A MAQUINA ELÉCTRICA DE BARBEAR COM SISTEMA DE CORTE DUPLO

A VENDA EM TODO O PAÍS NOS AGENTES DA

GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Continuação da pág. 13

cola que não os ajuda, não os compreende e não os forma para aquilo que poderiam ser na vida». Assim, a criança que «há crianças, temos alunos. Mas não temos escolas convenientes, pedagógicamente bem orientadas. E não temos professores à altura da missão, se excluirmos as poucas excepções...».

Na verdade, muitos professores formados na mais caduca pedagogia «julgam ainda que aprender é meter na cabeça fixar, decorar, reproduzir textualmente aquilo que o professor disse, ou escreveu...». Na realidade, diz Delfim Santos, «a verdadeira missão do professor consiste em ensinar a aprender. Mas para ensinar a aprender é necessário aprender a ensinar. É necessário formar professores para esta tarefa de humanização do homem que é a finalidade da escola...».

Por outro lado, «a ciência é um instrumento útil para propiciar o desenvolvimento mental, é um meio e não a finalidade, que essa é a alma em seu próprio desenvolvimento. E um dos aspectos mais desfigurativos da escola consiste precisamente na promoção dos meios em fins e dos fins em meios. A escola perdeu-se nesta inversão e os professores tornaram-se agentes de malefício que compromete ou aniquila o profundo sentido de humanização que à escola competiria». O que compete, pois, à escola? Qual a sua essência. Delfim Santos responde: «A escola tem de ser a oficina onde se cultivam os homens de amanhã e não as ciências de ontem, pois o acto de aprender é criativo das próprias possibilidades daquele que aprende».

E Delfim Santos afirma, em conclusão: «O nosso plano de estudo não é pedagógico; os métodos de ensino não correspondem didacticamente às possibilidades de aprendizagem; os programas são empíricos e desconformes; os resultados dos exames nada indicam acerca do real aproveitamento dos escolares...». E a lista prolonga-se, ainda. A reforma do nosso sistema educativo impõe-se e parece aliás, se atentarmos nesta manifestação de lúcida consciência vinda da própria Universidade em processo de desenvolvimento, que eclodirá mais tarde ou mais cedo. Nesta reforma será em verdade momento essencial um Instituto Superior de Educação ou um seu equivalente. É uma ideia que se impõe pela própria força da sua necessidade lógica.

A. Q.

## A situação social dos Escritores

Continuação da pág. 7

lizar obra profunda, capaz de corresponder ao mais alto nível, à esperança e ao anseio dos intelectuais portugueses.

Não se compreende que o escritor português esteja em situação social

## "CONVÍVIO" E "57"

Continuação da pág. 5

bela, da mais divina das artes: a da liberdade. A predominância, nele, das grandes planificações, sendo característica da fase propedéutica de uma revolução que os seus ardentes legionários crêem sem precedentes, pode induzir em erro os que, sabendo como a planificação abstracta, esteve, está e estará ao serviço da escravidão humana, com muita razão desconfiam do que, querendo salvar o mundo, acaba por matar o homem, o homem concreto, de hoje e de aqui. Mas não: creio que as linhas gerais manifestam apenas a síntese que precede a grande análise, a imagem motriz que induz e conduz as inteligências, as vontades e os corações para a realização de uma empresa, de uma viagem, de uma aventura que, sendo grandiosa não é monstruosa e sendo geral não ignora, antes valoriza e integra, o particular. Preparemos o homem que seja tão grande e tão simples como um santo, tão pequeno e tão complexo como uma criança.

Ora a criança não vai à universidade. O mundo da criança é irreversível. O adulto contém a criança, mas a criança não contém o homem, cria-o. Nesta convicção radicam os nossos pontos de vista, por ela se justifica e explica a nossa circunnavegação, para dentro e em torno do Alentejo. O Alentejo é, para quem aqui nasceu e, embora aqui deseje morrer, não confunde morrer com apodrecer em vida, o globo por explorar. A história da inteligência humana tem-se processado às avessas. Está dito e redito que depois de descoberta, explorada e colonizada a Galáxia, estaria ainda por descobrir o Francisco, aquele que todos conhecemos de todos os dias e de todos os lugares. A psicologia foi a última das ciências positivas a constituir-se. Depois dela... bom, depois dela é a revolução anti-positivista de que entretanto o «57» nos dá uma amostra. Pensando nestas e noutras, é que viemos responder com a palavra alentejana aos que falam na palavra atlântica, movimento de reversibilidade que, aliás, se contém nas próprias premissas do «57». Procuramos seguir a lição como alunos atentos mas, fundamentalmente, ignorantes. Aprendizes, apenas.

### Fundamento da educação alentejana

Desejando, como disse, que a acção aplicada preceda a teórica e esta a especulativa, preconizariamos, como princípio de reforma, a Escola Rural para centro da educação do homem alentejano. Dele, ao mesmo tempo que corrigisse, desde logo, o mal-estar que os decretos abstractos vinculam na existência concreta dos núcleos populacionais e habitacionais, partiria a iniciativa de estudar a mesologia e antropologia alentejanas, contributo permanente para fundamentar as reformas ou planificações gerais. Enfim, o nuclearismo daria a sua contribuição ao contracionismo das instituições. Tão importante, pois, como o Instituto Central de Cultura Superior, propomos a criação do polo dialécticamente complementar; os núcleos regionais de educação. E, claro, o Convívio desses núcleos.

A. Q.

incomparavelmente inferior à de outras profissões liberais, como a medicina, a advocacia ou a engenharia. Diagnósticos, pareceres e projectos auferem por vezes remunerações altíssimas, na proporção do valor pessoal do médico, do advogado ou do engenheiro. Pois os melhores escritores portugueses estão a escrever livros em troca de quatro ou cinco mil escudos e artigos por cento e cinquenta ou duzentos escudos. O que seria de medicina ou da advocacia, se médicos ou advogados tivessem, para subsistir, que ganhar a vida como funcionários públicos, empregados de escritório ou explicadores para o liceu?

E no entanto — é preciso salientá-lo —, a missão do escritor não é menos necessária a uma sociedade do que aquelas profissões liberais. É o espírito de uma pátria que a honra e justifica em sua autonomia e em seu projecto vital. E o espírito de uma pátria, quem o assume mais profundamente, do que os seus intelectuais — pensadores, escritores ou artistas?

A. Q.

## UM NOME MORTO

«Por Verney apuramos de como Descartes era, em 1746 (em 1746!) nome morto para portugueses; e os adversários de Verney, com superior desdém é que se dignam memorar Descartes, que, à data, consideram já como findo e extinto, mentalmente morto e enterrado, no justo e liquidador indiferentismo por ser quimérico desvário.»

Bruno — A Ideia de Deus —

Porto 1902, Pág. 14.

«Tal como o Aristotelismo na Sorbonne, no decurso do século XIII, foi o Cartesiano proscrito dos Colégios e das Universidades, no decurso do século XVII. Em 1663, as obras de Descartes foram para o Index, donec corrigantur. Em 1667, o Padre Lallemand é proibido de proferir a oração fúnebre do filósofo. Em 1671, a convite do Sr. de Harlay, a Faculdade das Artes incita os professores a permanecerem fieis à doutrina de Aristóteles, sob pena de demissão; chega até a solicitar procedimento severo do Parlamento contra os inovadores. Em 1675, o Rei nomeia comissários para examinares todas as teses e todos os cadernos de filosofia. Em 1677, a Universidade de Angers, o Oratório e os Jesuítas declaram que ninguém se poderá afastar dos princípios da física de Aristóteles, geralmente adoptados nos colégios, para se ligar à nova doutrina do Sr. Descartes, a qual foi proibida de ensinar por Sua Majestade, o qual tinha para isso muito boas razões. Entretanto, começam a surgir os compromissos. O primeiro secretário da Academia das Ciências, J. B. Duhamel, na sua *Philosophia vetus ed nova ad usum scholae accommodata* (1678), e depois Pedro Barbey, aluno de Arnauld, tentam transformar Aristóteles em cartesiano; enquanto Cally, professor de filosofia na Universidade de Caen, na sua *Universae philosophiae Institutio* (1695), faz de Descartes um peripatético. A honra de introduzir o cartesianismo no ensino público pertence, na maior parte, a Pouchot, professor de filosofia no Colégio prazariniano, em 1691 reitor da Universidade. Apesar de tudo isto, só em 1720 é que a filosofia moderna ficou consagrada nos programas do ensino público, em consequência dos novos estatutos para a reforma da Universidade, então submetidos à aprovação do Regente.»

Louis Rougier — *La Scolastique et le Thonisme* —

Paris, 1925. Págs. 728-729.

## "O HOMEM E DEUS"

Continuação da pág. 12

que é a penitência. Infelizmente, porque muitos pensadores não atingem a diferença subtil que há entre o pragma e o útil, degenera a prática dos sacramentos em praga de moralismo. A separação da vida quotidiana e dos actos humanos do seu significado religioso é, efectivamente, o motivo pelo qual muitos ignoram e desprezam o poder libertativo dos ritos. Mas seria exigir muito ao escritor do «O Homem e Deus» que da sua nebulosa, vaga, imprecisa sentimentalidade religiosa partisse para a compreensão de uma doutrina cujos dogmas propõem os meios que libertarão o homem, do mal, do sofrimento e da dor que o enfermam. Sem dúvida que, para quem o crer em algo é explicável como um fenómeno de psicologia das multidões — creio porque cremos —, e as religiões partem de uma crença impessoal colectivamente aceite, as doutrinas religiosas não serão compreendidas senão como sistemas de sociologia mais ou menos aperfeiçoados. O último capítulo deste livro, intitulado *A Crença e a Lógica*, vemo-lo, assim, como um apelo do autor ao auxílio de um director espiritual que o clarifique e integre num sistema de religiosismo.

Como saudosista que é, Amorim de Carvalho frisa o aspecto negativo da solidão tanto no individuo como no povo, e preocupa-se em resolver, por uma europeização da cultura portuguesa, o problema do isolamento de Portugal relativamente aos outros países, sem demandar ou interrogar os motivos superiores que determinaram o nascimento da nossa pátria. Estranhámos todavia, que um homem que opina tão favoravelmente sobre uma fantasmagórica filosofia universalista, em detrimento das filosofias nacionais, dê tanta importância à individualidade, ao eu em nome do qual pretende aceitar ou combater as opiniões ou os pensamentos dos outros eus. As muitas contradições que notamos no decurso da leitura deste livro, mostram-nos como nem sempre a opinião é fundamentada em razões que a justifiquem, se bem que represente uma tomada de posição perante as imagens que influem a nossa época e o nosso país. É de esperar, todavia, que este autor, elucidado pela contribuição da crítica, em futuro livro nos apresente a legitimação filosófica das apreciações nesta obra feitas aos escritos dos homens com Deus e dos homens sem Deus.

FRANCISCO SOTTOMAYOR

## Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 - Lisboa

Sucursal: Rua Infante D. Henrique, 73 - Porto

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental e Oriental, Índia, Macau e Timor

Frota da C. N. N.

### NAVIOS DE PASSAGEIROS

«Niassa» . . . . .	10.000
«Angola» . . . . .	9.550
«Moçambique» . . . . .	9.423
«Quanza» . . . . .	6.230
«Índia» . . . . .	7.000
«Timor» . . . . .	7.000
«Zambézia» . . . . .	1.657
«Lurio» . . . . .	1.605
«Save» . . . . .	1.300

### NAVIOS DE CARGA

«Sofala» . . . . .	12.145
«Moçamedes» . . . . .	9.120
«Rovuma» . . . . .	9.100
«S. Tomé» . . . . .	9.050
«Nacala» . . . . .	3.370
«Tagus» . . . . .	1.680
«Chinde» . . . . .	} Em construção
«Angoche» . . . . .	



O motor do seu carro manter-  
-se-á em melhores condições  
de trabalho se usar unicamente  
combustíveis e lubrificantes

# SACOR



# SACOR

A MARCA DE GARANTIA PARA O CONSUMIDOR



# AS CHAVES

## Os Príncipes

Teófilo Braga

D. Pedro V

Prior do Crato

D. Manuel I

D. Diniz

Dante

Aristóteles

## DA HISTÓRIA

## E DA CULTURA

## DE PORTUGAL

## Os Sábios

Leonardo Coimbra

Sampaio Bruno

António Vieira

D. João de Castro

Pedro Nunes

Nuno Gonçalves

João das Regras

## Os Nautas

Alexandre Herculano

Almeida Garrett

Luís de Camões

Leão Hebreu

Fernão Mendes Pinto

Vasco da Gama

Vasco de Lobeira

## Os Guerreiros

Raul Brandão

Camilo Castelo Branco

Cunha Seixas

D. Francisco Manuel de Melo

Gil Vicente

Fernão Lopes

D. Duarte

## Os Profetas

Fernando Pessoa

Teixeira de Pascoais

Guerra Junqueiro

Pascoal Martins

Abade Faria

Bandarra

Infante D. Henrique

Há uma História de Portugal por escrever. É a história profunda, aquela de que não há um sinal, sequer, nos compêndios e nas cronologias de factos e que é uso chamar-se História. Há uma História de Portugal por escrever. Dela nada sabem os adolescentes que, ansiosos, procuram um acordo entre a sua própria individualidade e um destino colectivo mais vasto. Porque dela nada sabem os professores, também dela nada sabem os alunos.

Em algum sítio está escrito que Dante é um príncípio ou um príncipe da Dinastia de Avis? Ou que na filosofia aristotélica do movimento se encontra a causa mais invisível, mas mais verdadeira do movimento português para o descobrimento? É bem certo que Camões o colocou no signo de Vénus ou do Amor. Mas para os professores não há aqui mais do que uma imagem literária ou uma influência virgiliana.

Citámos Camões. Com efeito, se não na História, o enigma português vive na Poesia, mormente na novela e na epopeia, desde o «Amadís de Lobeira até à «Mensagem» de Pessoa. Em momentos de crise, quando os homens sentem que estão a perder algo que não conhecem ao certo, mas vai crescendo em saudade na medida em que o espírito da pátria vai decaindo, então escutam a voz dos poetas, dos pensadores e dos profetas, que por igual lhes comunicam não ser a História um catálogo de ventos e de factos, mas uma manifestação do movimento do Espírito. E, mais do que uma voz, são esses os que salvam a pátria: Sófocles venceu os persas, Shakespeare confirmou a Inglaterra perante espanhóis e franceses, Camões tentou reatar a tradição interrompida

e Junqueiro deu consciência aos mesmos que de outra forma não teriam reagido perante o «Ultimatum».

Mas a poesia, é para quem a sabe ler. Por isso a forma prosaica da História é necessária como contrapartida da imaginação simbólica dos épicos. Por isso, há que escrever a História de Portugal que falta ainda. Herculano podia tê-lo feito, mas teve obstáculos de mais em sua volta e não passou dos primeiros passos. Oliveira Martins, imbuído de sociologismo positivista, não compreendeu o que tinha diante dos olhos: grande escritor, grande prosador viu só o bem na pureza da vontade e viu só o mal nas manifestações de restaca. Foi um historiador moralista e andou sempre arredado da verdade. Teófilo Braga, se possuísse um espírito mais profundo e filosófico, teria sabido ultrapassar as aparências, em que ficou. E assim por aí adiante, com a preocupação progressivamente absorvente de tudo esperar dos documentos paleográficos, sabendo-se que os tabeliões, os escribas e os secretários apenas confiam ao papel as mentiras que convém. A melhor História de Portugal é ainda a de um alemão, de Henrique Schaefer, que Sampaio Bruno publicou em português, pois nela se dá o fundamental relevo que tiveram, às Ordens de Cavalaria e aos seus ideais de redenção humana, que explicam o melhor da nossa História posterior a D. Diniz, isto é, à sua nacionalização.

Aqui ficam hoje, algumas «chaves» da nossa cultura e da nossa história. É possível que o leitor fique perturbado com uma tal hierarquia de valores. Ela só poderia ser explicitada, no entanto, por essa História de Portugal, profunda e viva, que não há e seria necessário escrever.

